

N.º 15
Revista
Bi-Mestral
Março/Abril
1980
50\$00

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

diálogo

com

Ettore Gelpi
da UNESCO

INTERVENÇÃO

TRÊS ANOS AO SERVIÇO DA
ACÇÃO CULTURAL DE BASE



consumidores
parcelo social
que ganha força



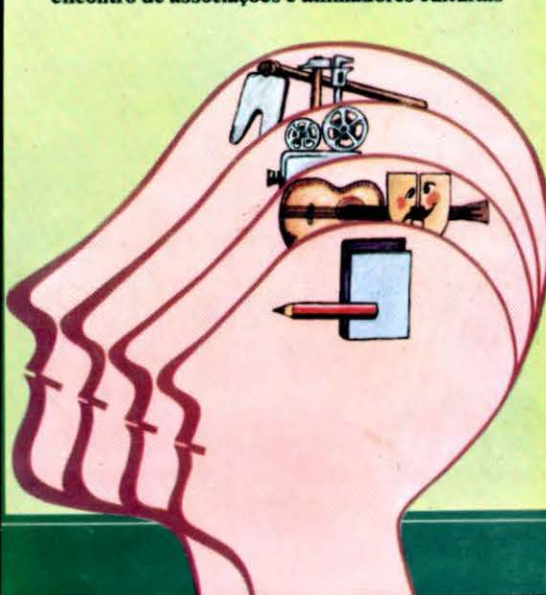
educação
sobre
o ambiente



saúde
comunitária



encontro de associações e animadores culturais



- reflexões sobre política cultural por LUÍS MOITA
- o médico-animador da comunidade de saúde por CARLOS CALDEIRA
- pequenas notas de encenação por HELDER COSTA

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: LUÍS MARTINS

Redacção em Lisboa:

Carlos Gordo, Filomena Viegas, Mário Ribeiro*
José Ferreira, Luís Martins, Luís Quintaneiro e
Rodolfo Proença de Jesus*

Redacção no Porto:

A. Santos Silva, Henrique Araújo e José Roseira

Redacção em Paris:

António Topa* e Vitor Esteves

Secretariado:

Ana Maria Ventura

Direcção Gráfica:

Rodolfo Proença de Jesus

Direcção Administrativa:

Mário Ribeiro

Fotografo:

José Moreira, Mariano Piçarra

Colaboraram neste número:

Ana Benavente, Carlos Caldeira, Ettore Gelpi,
Helder Costa, Jorge Ramos, Luís Moita e Nuno Gonçalves

*por lapso estes nomes não foram referidos no n.º 14



revista
de animação
sócio-cultural
INTERVENÇÃO

N.º 15

Março/Abril 1980

Redacção em Lisboa: Edifício do Amparo, 1

Largo do Martim Moniz

Telefone 86 40 56 — Apartado 21064

1127 Lisboa Codex

Redacção no Porto: R. da Alegria, 627

4000 Porto

Redacção em Paris: 6, rue Gérard Philippe

92230 Gennevilliers

Telefone 789 68 05

Composição e Impressão

Gráfica 2000, Lda

Rua Sacadura Cabral 89-A

Cruz Quebrada

Distribuição: consultar o fim da revista

Preço deste número, 50\$00

Tiragem: 2000 exemplares



PORTE
PAGO

Sumário

Editorial	1	O médico, animador	
Reflexões sobre		29 da comunidade de saúde	
política cultural	2	O bairro da Fonte Nova	
Diálogo com		31 — Zambujal	
Ettore Gelpi	5		
Pequenas notas		37 Notícias das Associações	
de encenação	11	Relatório apresentado	
O médico, animador		pelo Director ao colectivo	
da comunidade de saúde	29	39 da Intervenção	

editorial

Sem ilusão nada de sublime teria sido realizado, nem a catedral de Estrasburgo, nem as sinfonias de Beethoven. Nem a obra imortal de Galileu.

Bento de Jesus Caraça

Faz hoje três anos que Intervenção surgiu com o seu primeiro número.

Se não tínhamos (e sabíamos) construído a catedral de Estrasburgo tínhamos pelo menos dela, a ilusão que lhe deu vida.

E se toda a ilusão tem um propósito, o nosso era o de sermos um espaço — um grande espaço de encontro.

E um encontro para todos aqueles que sabem e sentem que só a relação e a cooperação entre os homens, é riqueza, vida, prazer; factor e condição imprescindível de humanização.

E esta ilusão feita aventura. E esta aventura feita no quotidiano de pequenos grandes feitos foi-se construindo. Vieram os apoios e os desapoios e depois lenta e progressivamente a resposta daqueles que assumiram a convicção de que "isto" tinha alguma coisa a ver com eles.

Era um projecto de fundo de que falávamos. Não imediato mas por isso duradouro.

E um percurso e um espaço maior se foi abrindo. Era assim como que uma pequena promessa doutra promessa que tardava.

Um espaço que dissemos e quisemos independente — era uma catedral que rejeitava ser capela.

E se algum dia, este espaço feito só com a argamassa da nossa força e da nossa vontade deixar de existir, foi um sonho doutro sonho que sabemos certeza e este sim, tal como a obra imortal de Galileu não morrerá nunca na mente e no coração dos homens.

Luis Martins

INTERVENÇÃO

POLÍTICA CULTURAL

reflexões sobre política cultural

Luís Moita *

APROFUNDAR O QUE SE PASSA COM OUTROS POVOS PARA MELHOR COMPREENDER E INTERVIR NA NOSSA REALIDADE

Pediram-me para as páginas de "Intervenção" um texto sobre questões de política cultural, que tivesse a ver com a minha experiência de contacto com os novos países africanos. Seria interessante debruçar-me, essencialmente, sobre alguns problemas que, nesta matéria se põem agora a esses países, mas receei cair no risco de me limitar a uma análise distante, como quem olha de fora para uma realidade que nada teria a ver com a nossa própria prática. Era uma tentação fácil, escrever apenas um pouco sobre o que conheço das questões culturais nas ex-colónias portuguesas de África. Mas, justamente, a grande vantagem do contacto com as revoluções em curso nestes países está em nos sentirmos interpelados face às tarefas da nossa revolução. Trata-se, pois, de aprofundarmos o que se passa com outros povos para melhor compreendermos e intervirmos na nossa realidade.

Posto o problema nestes termos, proponho-me registar algumas reflexões acerca da importância do fenómeno cultural nos novos países africanos, tentando enraizar essas mesmas reflexões numa referência à sociedade portuguesa.

Um primeiro facto a notar: o despertar da consciência nacionalista nos novos colonizados esteve ligado a um "regresso às fontes" da cultura desses povos. Não é por acaso que entre os combatentes da Libertação desde a primeira hora existem tantos poetas e escritores. A comunicação literária e poética foi em muitos casos a primeira forma de dar corpo ao ideal nacionalista, em busca da afirmação de identidade e autonomia do povo colonizado. Não admira que assim tenha acontecido, porquanto a colonização assentava na tentativa de negar ao povo oprimido na sua identidade própria, recusando-lhe capacidade cultural e aptidão para se auto-governar. Dessa negação, porém, surge o desejo de se afirmar e, então, a afirmação torna-se subversiva. Lembremos o que aconteceu com a repressão fascista à Sociedade Portuguesa de Escritores por ter premiado um romance de Luandino Vieira, patriota angolano então preso pela PIDE: para o colonialismo era intolerável a consagração de uma obra literária que mergulhava num universo cultural que tinha a ver com a cultura lusitana...

De outras formas e noutras circunstâncias algo de idêntico se passou entre nós e ainda está por fazer a história da importância que tiveram as ma-

nifestações culturais na resistência ao facismo: em confronto com a cultura oficial ou oficiosa, uma "cultura" que ia da Amélia Rey Colaço até ao Eusébio, passando pelo fado, pela revista teatral e pela tourada, havia uma contra-cultura que se exprimia na poesia, seja dos poetas populares, seja dos poetas no exílio, na balada e na canção de protesto, no teatro e no romance...

Nas concepções aristocráticas, elitistas, racistas, burguesas, confunde-se sempre cultura com erudição académica, e com "boas maneiras", donde resulta o menosprezo ou mesmo o desprezo pelos valores culturais das classes ou dos povos dominados.

A IDENTIDADE CULTURAL É UMA COMPONENTE ESSENCIAL DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Por isso mesmo, a afirmação cultural torna-se um instrumento de luta. O guerrilheiro e o poeta estão identificados num mesmo combate. Nas antigas colónias portuguesas, justamente, a luta armada de libertação fez proliferar toda uma série de manifestações culturais que eram outras tantas formas de combate ao colonialismo. A identidade cultural é uma componente essencial da independência nacional. E quando, justamente, a mesma luta armada atingiu uma fase em que o movimento de libertação controlava já uma parte significativa do território, nessas regiões libertadas gerou-se uma nova prática colectiva portadora de importantes valores de transformação, dando origem ao que — com inteira propriedade — se pode chamar uma nova cultura política. Eis um tema que merece ser explorado a fundo e está precisamente, nos planos do CIDAC dar um tratamento sistemático a esta questão, promovendo o estudo da experiência das regiões libertadas em Angola, Guiné e Moçambique.

Conquistada a independência política, os novos países africanos travam assim uma luta específica pela redescoberta e pelo aprofundamento da sua identidade cultural. Eis um tema que aparece com grande insistência na actual fase da história desses povos e que se manifesta em questões tão diferentes como a imediata adaptação dos programas escolares às realidades nacionais, a recolha das tradições orais, a promoção da arte popular (artesanato, dança, música...), o estudo e a tentativa de formalização das línguas nacionais, apenas por darmos alguns exemplos. Em alguns casos mais avançados tenta-se mesmo proceder a pesquisas de antropologia cultural, em busca de uma compreensão mais aprofundada da natureza das comunidades africa-



Foto Cidac

a colonização assentava na tentativa de negar ao povo oprimido a sua identidade própria.

nas tradicionais, analisando os seus modos de produção, os seus sistemas de ligação com a terra e de integração social, enfim, da sua cultura.

Simplesmente o desenrolar deste processo coincide com um período de fortes transformações políticas, sociais e económicas naquelas sociedades. E ao referir esse facto tocamos num aspecto fulcral de toda esta problemática que é o da relação entre cultura popular e a transformação social ou, se quisermos, entre a cultura popular e a revolução. A busca da identidade cultural não será forçosamente um movimento de referência ao passado, em sentido inverso ao da transformação de futuro? A necessária afirmação da originalidade, da diferença, da autonomia da cultura nacional africana não conduzirá a sobrevalorizar a tradição em detrimento da inovação?

Como é óbvio, não se tratam de interrogações abstractas ou académicas, mas de questões bem concretas que têm a ver com as opções em política cultural e com a prática de todos os que intervêm neste domínio. Não tivemos nós em Portugal experiências significativas, até nos seus insucessos, quando um processo revolucionário esboçou uma abortada "dinamização cultural"?

Quanto a isso, a realidade actual dos países africanos recorda-nos que há duas atitudes possíveis ao encarar a tradição cultural do povo. Há o aproveitamento conservador do filão da cultura popular e há um enraizamento nessa mesma cultura em termos libertadores e transformadores.

Todos conhecemos exemplos da primeira atitude

em África. Os temas da "negritude", da "africanidade", da "autenticidade", podendo embora apontar para aquele mesmo "regresso às fontes" que é uma componente da luta de libertação, significaram muitas vezes a justificação de políticas reaccionárias, quando não de racismos negros, em qualquer caso ao serviço da sobrevivência de estruturas sociais onde cristalizam situações de privilégio e de dominação. Vista assim, a tradição popular funciona como factor de resistência à transformação social, alimentando particularismos tribais ou mantendo alienações ancestrais.

Em contrapartida, é possível uma outra atitude segundo a qual se estabelece uma correcta relação com as raízes culturais do povo no interior de um projecto de transformação revolucionária. Evitando simultaneamente o imobilismo da tradição e a violentação da cultura popular, trata-se de aprofundar a compreensão dessa mesma cultura para nela enraizar o processo colectivo de construção de novas sociedades. Sem esse enraizamento, nunca os processos de transformação poderão ser assumidos colectivamente.

O colonialismo introduziu com brutalidade, nas sociedades africanas, factores de pseudo-progresso determinados por factores exteriores, provocando com isso uma igualmente brutal "desestruturação" dessas sociedades, rompendo equilíbrios naturais, destruindo sistemas de integração social, abrindo feridas por vezes incuráveis na identidade cultural das populações. Impõe-se agora, que o verdadeiro progresso inerente ao projecto revolucionário de-

corra de uma determinação interna que mergulhe antes de mais nas potencialidades populares. É isso que significa contar sobretudo com as próprias forças. Para que tal seja possível é indispensável que as massas populares o sujeito da sua própria história e não a clientela passiva do poder ou objecto também passivo de medidas administrativas, mesmo que ditadas por uma política dita "popular". É aqui que a questão cultural atinge o seu maior relevo, porquanto sem consciência colectiva não há mobilização e sem mobilização não há transformação. O fundamental, dir-se-ia, é que o povo tenha da sua própria cultura uma consciência crítica, entendendo por isso uma capacidade de discernimento que leve o enraizamento cultural a tornar-se factor de libertação.

Este tipo de critérios adquire para nós um significado palpável se os confrontarmos com certos problemas que nos tocam de perto e podemos exemplificar com uma importante componente da cultura do nosso povo: o cristianismo. O peso histórico e cultural da religião cristã marca poderosamente as mentalidades e os hábitos colectivos, quase sempre num sentido de inércia conservadora. Mas se o cristianismo tem sido assim um factor de alienação psíquica e social, não é menos verdade que o Evangelho representa também (e sobretudo) um enorme potencial transformador. Basta ver o que se passa com algumas minorias cristãs na Europa ou com as Igrejas na América Latina, para concluirmos que a experiência cristã é susceptível de se situar na vanguarda dos processos sociais e políticos. Aqui esta-

mos perante um caso óbvio de componente cultural ambivalente, a exigir que os animadores, na sua preocupação de enraizamento, atinjam uma adequada compreensão de tal fenómeno, de modo a entenderem as massas populares em que se integram e a apoiarem a sua descoberta do filão libertador presente na fé cristã.

Este exemplo, que pode parecer uma digressão perante o tema proposto de política cultural a propósito dos novos países africanos, não parece que seja uma transposição indevida mas antes uma esclarecedora análise do tipo de problemas que se colocam a uma intervenção cultural. Como disse no início, a vantagem de aprofundar o que se passa com outros povos está na aprendizagem de equacionarmos as nossas próprias questões. Os países africanos, movendo-se entre a tradição e a inovação, recordam-nos através da sua experiência viva a importância da cultura popular para a própria transformação revolucionária.

Apesar de resumidos, estes apontamentos podem ter a utilidade de estimular a nossa reflexão conjunta no domínio da política cultural. Pouco temos elaborado o espaço teórico acerca destes temas, mas semelhante trabalho cada vez mais se impõe. Foi nesse sentido que, de forma muito embrionária, pus por escrito estas ideias, mais para lançar um debate necessário do que para apresentar conclusões já amadurecidas. E um debate como esse deverá contribuir para uma nova política cultural como também para uma nova cultura política.

*membro do CIDAC.



Foto Cidac

Ana Benavente, Luís Martins e Nuno Gonçalves

QUEM É ETTORÉ GELPI?

Ettore Gelpi nasceu em Milão, em 1933. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Milão e pós-graduado em Educação de Adultos pela Universidade de Colúmbia, trabalhou em educação de adultos, foi consultor da UNESCO na Costa do Marfim e é, desde 1972, chefe do Departamento de Educação Permanente da UNESCO. Esteve presente no III Encontro das Associações e Animadores Culturais (Coimbra, 1979).

Chegou à redacção da "Intervenção" uma recolha de textos seus, em dois volumes, publicada em Manchester, 1979, e intitulada *Um Futuro para a Educação Permanente (A Future for Lifelong Education)*: vol. I, "princípios, políticas práticas"; vol. II, "trabalho e educação".

Do livro, transcrevemos um documento bem útil e importante: trata-se dos critérios norteadores da formulação de políticas de educação permanente, apresentados, como hipótese de trabalho, por Ettore Gelpi, na UNESCO, e, 1977.

Ei-los:

- "a) Participação dos filhos dos trabalhadores em todos os níveis de educação.
- b) Participação dos próprios trabalhadores em todos os níveis de educação.
- c) Utilização de educadores que não são professores no sistema de educação.
- d) Participação activa de trabalhadores (industriais e agrícolas) como educadores.
- e) Concepção da educação como um instrumento não apenas de progresso individual mas também de progresso comunitário.
- f) Descompartimentação dos diferentes ramos da educação secundária.
- g) Abolição dos diferentes ramos da educação secundária.
- h) Abolição das desigualdades na qualidade das escolas, em zonas urbanas e rurais.
- i) Introdução da cultura popular, oral e escrita, como parte integrante do curriculum escolar.
- j) Abolição de qualquer hierarquia entre as chamadas disciplinas manuais e as chamadas disciplinas intelectuais.
- k) Integração da educação geral e da educação vocacional.
- l) Progresso no consumo de bens culturais (livros, jornais, filmes, etc.)
- m) Progresso na participação na vida comunitária (partidos políticos, sindicatos, associações locais, etc.)
- n) Melhoria dos assuntos e métodos culturais nos programas dos *masmedia*.
- o) Valorização do interesse da experiência do trabalho sob o ponto de vista educacional.
- p) Desenvolvimento significativo da experiência de auto-instrução.
- q) Participação dos estudantes na gestão de instituições educacionais.
- r) Integração da formação inicial e da formação subsequente.
- s) Concessão de facilidades (isenção de propinas, bolsas de estudo, materiais educativos, etc.) a grupos não privilegiados para permitir que usufruam do sistema educativo".



- Um plano que se dirige a adultos é também um plano que diz respeito à totalidade da população e não só aos adultos.
- Todos devem participar na direcção desse plano... cuja política não deve ser gerida só pelas instituições educativas ou pelos ministérios da educação.
- Não são as pessoas que já suportaram a injustiça que suportarão uma educação de segunda classe.

I — Foi elaborado já em 1979 um novo plano de Alfabetização e Educação de Base de Adultos. (PNAEBA)

Como vê esse plano numa perspectiva de educação permanente, como um avanço educativo e cultural e não apenas como redução técnica e estatística do analfabetismo?

EG — Devo dizer que não posso falar sobre o plano, porque só o recebi há um dia e não tive tempo para o estudar. O que posso dizer-vos são coisas de carácter geral que têm a ver com a educação de adultos que há em alguns países, onde o adulto não está alfabetizado. Os problemas são quase os mesmos.

Um plano que se dirige a adultos é também um plano que diz respeito à totalidade da população e não só aos adultos. Quando falo de política de carácter geral no plano educativo, não digo que essas políticas educativas devam ser geridas sobretudo pelas instituições educativas ou só pelos ministérios de educação. A análise das manifestações culturais e sociais é necessária para a elaboração de planos capazes de terem sucesso. Penso por exemplo, na contribuição de certos planos educativos de associações culturais, dos que representam a vida artística... Penso que todos devem participar na direcção desse plano. E esse plano deve ser suficientemente aberto para permitir a emergência de todas as manifestações da vida cultural de um país.

Mas também é preciso ver esse plano ligado às estruturas educativas fundamentais do vosso país que, de qualquer forma, são as estruturas escolares e universitárias. O facto de haver uma necessidade específica de uma percentagem de população que não tem um nível de escolarização aceitável numa sociedade nova, não deve determinar o desenvolvimento de vias paralelas — uma via para uns, com uma educação completa, e uma via secundária para outros. É necessário a partir de estruturas que são para todos, prever acções específicas para adultos.

A 1ª coisa é prever a utilização de pessoas qualificadas, conforme a campanha e acções. Quer dizer que não são as pessoas que já suportaram a injustiça que suportarão uma educação de segunda classe. É preciso prever uma utilização plena dos recursos. Por exemplo, se num liceu há um laboratório de física e de química, este deve estar disponível para cursos de adultos. Em 2º lugar deve-se pôr a funcionar não só as estruturas educativas, mas também os instrumentos culturais de que se dispõe, porque, além da sua formação inicial, é importante tocar o nível da produção e o nível cultural.

I — Quais as grandes questões que se colocam duma maneira geral à educação permanente?

EG — No Norte da Europa a educação permanente foi concebida numa vocação de pura formação profissional com elementos de formação geral. Nos países do Sul da Europa, confundiu-se muitas vezes a educação permanente com a alfabetização. Deve-se reagir a estas duas interpretações restritivas. Educação permanente, e cada vez nos apercebemos mais disso, é uma concepção da educação que diz respeito à totalidade da experiência educativa. Desejo — ainda não é uma tendência marcada, embora haja já elementos que indicam essa orientação — ver desenvolver-se, em todos os países da Europa, actividades educativas para jovens e adultos em que as diferentes experiências sejam o ponto básico. Não há formação geral, não há formação cultural desligada de formação profissional, técnica, etc.

Mas se dizemos que a educação permanente é a formação profissional, um afrouxamento da economia implica um afrouxamento da educação permanente. E se por educação permanente se pensa numa formação colectiva para a gestão da nossa sociedade, então ela é uma exigência permanente, talvez ainda mais nos períodos de crise do que nos períodos de crescimento.



- Ou a educação permanente significativa que se deve impôr sobre a cabeça das pessoas políticas educativas.
- Ou a Animação significa que se deve impôr às pessoas determinado tipo de mudança e transformação.
- Ou ambas se baseiam em hipóteses de participação real e de gestão, no sentido da participação efectiva.

1 — *Faltam as estratégias...*

EG — Para a gestão das sociedades é importante estudar problemas demográficos, energéticos, económicos e muitas vezes as actividades educativas não desenvolvem este aspecto da formação, paralelamente é necessário também preparar e desenvolver estratégias comuns para intervir e lutar na sociedade.

1 — *Como vêes então as relações entre a animação cultural e a educação permanente? (articular as questões educativas com as questões culturais) Sectores ou conceitos separados ou realidades muito próximas?*

EG — Prefiro a palavra conceito. Devemos ser muito claros com as definições para se evitarem as confusões. Nem a animação nem a educação permanente são sectores. Quando se fala de educação permanente e animação como sectores, estabelecem-se confusões que dão aso a manipulações. A educação permanente se é um sector, de facto, é a repetição da educação de adultos porque está na moda. Mas, se educação permanente não é isso, esse conceito pode orientar as políticas educativas na sua globalidade.

A educação permanente, enquanto conceito, é sobretudo um princípio, uma ideia sólida que orienta a globalidade da política educativa e a prática educativa. Se se aceita esta definição de educação permanente esta diz respeito à educação formal e à outra educação, a educação feita no interior de associações e a educação feita no interior da sociedade.

A animação, se é um sector, é ainda a educação dos adultos de uma forma diferente. Se é um conceito, significa que a sociedade contemporânea não toma a seu cargo a educação permanente das nossas situações no interior da produção, das nossas situações no interior da vida social, efectiva, cultural, tradicional, etc. Ora a animação permite-nos tomar

nas nossas mãos essas transformações, essas mudanças de um modo mais global. Mas há interpretações diferentes da educação permanente, há interpretações diferentes de animação. Pode-se ter uma interpretação da educação permanente que significa que se devem impôr, sobre a cabeça das pessoas, políticas e educativas. E pode também ter-se uma concepção de animação desse tipo: deve impôr-se às pessoas um certo tipo de mudança, um certo tipo de transformação. Então a animação é um instrumento para impôr essa mudança, para impôr essa transformação. Ou a animação e a educação permanente se baseiam em hipóteses de participação real e de gestão, no sentido de participação efectiva com gestão da sociedade, das estruturas. Então, a animação é viver em conjunto, participar em conjunto na tomada de consciência, participar em conjunto na tomada de decisões; participa-se numa transformação da nossa sociedade. Então em que medida a animação e a educação permanente se aproximam e se ligam?

O conceito de educação permanente diz sobretudo respeito às políticas e práticas educativas. O conceito de animação é mais um conceito metodológico que diz respeito à globalidade de experiência, a nível político, sócio e cultural.

Depois há o problema dos educadores ou animadores. Aí é só uma questão de terminologia. Se fizerem uma análise comparada dos diversos países, verão que nuns países lhes chamam animadores, noutros educadores de adultos, etc. O problema reside em ver a sua função, mais do que o nome que se lhe atribui. É evidente que nas nossas sociedades modernas cada vez mais pessoas encarregadas de acções educativas, de acções culturais, de acções sociais, já não podem ser só os professores. Há uma grande abertura da função cultural, educativa e social.

Nessa altura haverá pessoal que tomam a seu cargo essa função educativa e cultural. Essas

peças podem ser profissionais, podem ser voluntários, podem ser semi profissionais. A função de animação pode ser uma função global, uma função colectiva e não necessariamente uma função individual, do indivíduo. Muitas vezes, se há querelas entre o animador, educador, professor, é em relação à especificidade de cada país, são querelas ligadas ao seu quadro institucional, ao seu quadro profissional, não tendo nada a ver com a função educativa ou a função de animação.

É muito importante prever uma função de animação e uma função de educação permanente generalizada ao nível de todo o corpo dos professores, assim como de outros grupos profissionais, penso em médicos, enfermeiros, outras profissões que tocam a globalidade da população. Essas pessoas têm funções de formação e animação.

Penso no médico que é uma das pessoas que desempenha o papel talvez mais significativo, a nível da educação, na nossa sociedade, no aspecto negativo e no positivo. O médico que desempenha esse papel pode desempenhar, na comunidade, um papel que nem a escola nem a televisão, nem

continua a gerir uma universidade ou 2-3 pessoas que se ocupam de educação, há que aceitar-se a ideia mais global que as universidades, enquanto tal, têm um papel de educação permanente, desempenham um papel de animação.

É extremamente complicado. Abala as estruturas, os ministérios, os grupos...

I — *Pensas que a educação permanente, como a definiste, põe em causa a escola, como a conhecemos nas nossas sociedades, isto é, consideramos muitas vezes que a educação permanente é o que se passa fora da escola, o que diz respeito aos adultos, a domínios de vida profissional, da vida quotidiana das populações, até pensamos que a escola é outra coisa e não tem nada a ver com isso. Pensas que, a médio ou longo prazo, será preciso redefinir os objectivos da escola enquanto intuição e saber?*

EG — Em 1.º lugar, não há uma interpretação de educação permanente. Há 2 interpretações de educação permanente. Uma delas reforça as funções educativas, quer tenham um papel educativo, quer tenham um papel não só educativo, mas que também seja educativo. Na 1.ª hipótese

- É muito importante prever uma função de animação e uma função da educação permanente generalizada ao nível de todo o corpo dos professores, assim como outros grupos profissionais, médicos, enfermeiros ou outras profissões que tocam na globalidade da população.

- A educação permanente não é para reforçar a função educativa das estruturas educativas existentes, mas é sobretudo um projecto que tende a tornar cada vez mais o homem e os homens, nas suas cidades, nos seus meios, na vida colectiva, donos de si e capazes de controlar os seus processos de desenvolvimento.

outras fontes desempenham, porque toca o público num momento muito importante, muito sensível.

O mesmo acontece com os professores, mas não os professores nas suas funções tradicionais de transmissão de conhecimentos. Os professores, em várias comunidades, particularmente na escola, representam a comunicação com um certo saber. Esses professores têm comunicação com os adultos, pais ou não, e com as crianças e jovens para além das suas funções de instituição. Assim, se têm um papel de animação ou educação permanente, podem-se tornar bastante importantes, para lá das suas funções institucionais. Isto para dizer que há essa função generalizada de educação permanente de animação.

Depois podem-se ter pessoas que desempenhem um papel de especialistas nesse domínio. Não sou contra uma investigação nesse domínio, pois penso ser útil. Mas é preciso não limitar a função a esses especialistas. Esses especialistas podem ter um papel, por terem conhecimentos num campo específico, para se porem à disposição dos que têm esse papel de animação. Exemplo: uma universidade pode abrir um sector a que chamem de educação permanente ou animação. Mas se se limita a função de animação e educação permanente a esse sector marginal da universidade, isso significa que se con-

tratar-se-à de reforçar as estruturas educativas, como a escola, a família, ou de dar funções educativas a estruturas cuja função não só educativa mas que também desempenham um papel educativo — a empresa e outras estruturas (a igreja, etc.). A 2.ª hipótese de educação permanente é que a educação permanente que não é para reforçar a função educativa das estruturas educativas existentes ou de outras estruturas que têm um papel também educativo, mas é sobretudo um projecto que tende a tornar cada vez mais o homem e os homens, nas suas cidades, nos seus meios, na vida colectiva, donos de si e capazes de controlar os seus processos de desenvolvimento, os seus processos de participação e gestão das nossas sociedades.

Nesta perspectiva (2.ª hipótese), educação permanente é um princípio e uma política educativa que põe em questão as práticas educativas das estruturas educativas ou não educativas existentes. Se se utiliza este conceito é evidente que a escola não é negada pela educação permanente. É um falso problema. O conceito de educação permanente não se opõe à escola. Põe em discussão a função genuína da escola, uma função muitas vezes restritiva, limitadora, selectiva. Se se aceita este conceito, a escola deve tornar-se um centro educativo, onde já não há distinções de idade, onde já não há dis-

tinções de grupos sociais, um centro educativo disponível para uma plena utilização, global, feita pela comunidade. Mas não é só a escola que é posta em causa pela política de educação permanente. Também as outras estruturas que existem no interior da nossa sociedade. Penso na vida familiar em que a educação, infelizmente, é também restritiva, limitada; não digo que seja negativa, assim como não digo que a ausência de educação familiar que muitas vezes se encontra na sociedade se transforme em sentido positivo. É preciso repensar a função educativa da relação e da vida familiar. E é o mesmo para as outras estruturas cujo objectivo principal não é a educação. A educação permanente significa sobretudo pôr em causa a estrutura de produção, a estrutura de trabalho enquanto é possível a estrutura de formação. Numa sociedade avançada (infelizmente) nessa direcção que se preocupa só com o produto final do trabalho, mas não com os processos, estão-se a gerar riscos muito graves, com preço bastante grave para quem participe nessa produção, um aumento de experiência relativamente negativa no interior dos mecanismos do trabalho que utilizam de maneira negativa o tempo livre para destruir, numa certa medida, o que pruziram a nível duma vida de trabalho bastante dura. Ora este conceito de educação permanente pode repôr em discussão diferentes experiências da vida moderna, e não só a escola. O que é importante não é por lado a lado a educação permanente e a escola, nem considerar que é preciso escolher entre os dois, mas considerar a escola, como outras estruturas, uma estrutura a pôr em questão para lhe permitir desempenhar um papel educativo global.

I — Pensa então que é possível pensar numa estratégia pedagógica e política de educação permanente dirigida às instituições...

EG — Não se pode pensar numa solução global dos problemas. O que disse não se pode considerar, (e isso é a história que nos ensina); não é

possível considerar políticas colectivas e políticas sociais, políticas educativas separadas. É evidente. É preciso também evitar cair na armadilha da tecnocracia que diz: vamos aplicar políticas educativas funcionais em relação à produção, e depois vão-se ver os resultados, porque infelizmente, apercebemo-nos de que essas políticas não podem funcionar no quadro da sociedade. Mas o que quero sublinhar é que a política educativa para o futuro não se pode limitar a gerir só as estruturas educativas existentes. No início era só uma coerência entre os objectivos formais da instituição e os resultados. Agora há inversão das nossas estruturas educativas, há uma avaliação da rentabilidade (sempre houve na maioria dos países) interna, isto é, decide-se ou não, ou os fins pedagógicos o valem. Depois examinam-se os alunos e diz-se: Sim, eles eprenderam matemática. Em relação a essa situação interna, investiu-se num professor para julgar sobre a situação educativa. Se se aceita a ideia de educação colectiva, de educação permanente, o nosso critério de avaliação sairá de lá, e permitirá ver em que medida as estruturas educativas estão à altura de prepararem indivíduos capazes de participar na gestão global da sociedade. Não tenho aqui uma receita, métodos de avaliação, mas penso que devemos colocar-nos de modos diversos. Hoje em dia procura-se cada vez mais os objectivos (e a aceleração dessa procura será fantástica nas próximas culturas que a população participe em gestões cada vez mais complexas, porque os mercados de trabalho integram-se, porque as decisões tomadas num país têm consequências imediatas na vida portuguesa, africana ou indiana. Pode-se no futuro também prever novas relações internacionais, na medida em que todas as populações que foram marginalizadas têm a possibilidade de se formarem a gerir, a decidir, a transformar a relação. É evidente que um processo deste tipo exige uma educação diferente e para a qual ainda não estamos preparados, porque os quadros pedagógicos não estão preparados para esse tipo de formação.

- o que é importante não é por lado a lado a educação permanente e a escola, nem considerar que é preciso escolher entre dois, mas considerar a escola, como outras estruturas, uma estrutura a pôr em questão para lhe permitir desempenhar um papel educativo global.

- quero sublinhar que a política educativa para o futuro não se pode limitar a gerir só as estruturas educativas existentes.



I — Concordas que há o perigo de o movimento cultural popular ser absorvido pelas instituições e vir a ter uma função de adaptação e de regulamentação dos conflitos e das contradições mais do que uma função de transformação e de mudança?

EG — Evidentemente que há esse perigo e que não é um perigo de pedagogia, educação permanente ou animação, mas uma constacção histórica da sociedade industrializada. A riqueza cultural popular que se encontra em certas regiões periféricas no interior do quadro dos países industrializados é mais rica que a experiência cultural que se encontra nas sociedades industrializadas. Que se deve fazer?

Deve-se continuar a sonhar com uma possibilidade de ter uma situação completamente diferente. É difícil dar uma resposta. Sei que há este tipo de integração e sei que há uma perda de independência muitas vezes nesse processo, e também há certo desespero nas pessoas que foram activas nesses movimentos — festas populares de Coimbra: camponeses que vinham com as suas tradições, os seus cantares, o seu vestuário, as suas formas de expressão. É evidente que há 10 anos, já nas cidades, como Lisboa, não era possível ver esse tipo de manifestações, porque a estrutura educativa e cultural do trabalho veio e transformou todos os trabalhadores que já não têm nenhuma especificidade cultural: não é possível distinguir aí um trabalhador do Norte, de um do Sul, dum país industrializado, porque têm os mesmos hábitos.

Deve-se dizer não a isto? Pára-se aí? Continua-se com as tradições? Ou procura-se no quadro dessas transformações, fazer o máximo por manter uma independência cultural, pois os animadores podem-se tornar agentes do poder. É um risco, sobretudo quando não estão seguros no plano cultural, no plano técnico, se não têm um objectivo claro. Devem reforçar ao máximo esses planos para permitirem a sua defesa face à estrutura.

I — Que pensa dos animadores e do seu estatuto?

EG — Da minha experiência é perigoso formular demasiado o papel dos animadores, porque isso pode ter um peso negativo em relação à possibilidade de acções de animação. Se se diz que os animadores estão no meio da sociedade, isto é, estão em oposição a outras concepções de animação. A função de animação, a função educativa não são passivas, mas, sobretudo, activas. Se se fala de uma acção educativa, não há de um lado os educadores e animadores, e do outro os animadores e os educandos. Isso estava em contradição como o que se disse sobre a animação e a educação permanente. Então seria preciso desenvolver no máximo, essas funções em meios diferentes — trabalho, sociedade, meio comunitário, meio social, meio cultural.

Sou contra formar jovens (18/19 anos) para se tornarem educadores de adultos, animadores, porque não têm experiência nem formação, isso é completamente negativo para a sua formação e a sua função futura de animação. Se há estruturas educativas que desempenham um papel de formação no domínio da educação permanente, pelo domínio da animação, penso que poderiam funcionar para adultos que já tivessem tido experiências na vida real — produção, experiência administrativa, política, cultural inicial, partindo dessas experiências, partindo de estudos sérios a nível da formação inicial, de experiências do domínio educativo e de animação.

Não sou contra a formação. Sou contra a formação inicial de pessoas jovens que têm uma incompetência real. Se há escolas desse tipo e jovens que pensam nelas, o meu conselho é que eles sofram um desvio e passem 2/3 anos em experiências reais. São pessoas que poderão tornar-se por vezes, perigosas, se não têm experiência na oficina, no campo, na vida associativa, nas actividades artísticas, etc.

• Há o perigo de o movimento cultural popular ser absorvido pelas instituições e vir a ter uma função de adaptação e de regulamentação dos conflitos e das contradições mais do que uma função de transformação e de mudança.

• A função da animação, a função educativa não são passivas mas, sobretudo activas.

• Sou contra formar jovens (18/19 anos) para se tornarem educadores de adultos, animadores, porque não tem experiência, nem formação...



INTERVENÇÃO

TEATRO

pequenas notas de encenação

por Helder Costa *

Uma primeira referência:

Há poucos anos, foram publicadas duas obras essenciais para o iniciado em encenação. Trata-se de "Pequeno Tratado de Encenação" de António Pedro, e de "A encenação no teatro de Amadores" de Manfred Wekwert, antigo assistente de Brecht no Berliner Ensemble. A obra de António Pedro, profusamente ilustrada com gráficos e fotos, transmite as noções elementares do espaço e da "maquinaria" necessárias para montar uma peça. A obra de Wekwert indica-nos um método de abordagem de uma peça, um processo de estudo e de ensaios. Para o novo encenador, independentemente das inclinações e gostos que a sua criatividade indicar, é útil começar por estudar e tentar aplicar os ensinamentos destas duas espécies de "cartilha maternal".

Depois desta chamada de atenção para estes textos, vejamos o que penso que deve ser a actividade do encenador.

A primeira coisa a fazer, da qual depende todo o trabalho futuro, é a abordagem do texto a encenar. O estudo por todo o grupo, em trabalho colectivo, é essencial. Só com esse trabalho se pode compreender profundamente a trama da acção, a riqueza ou fragilidade dos personagens, a existência ou ausência de "mensagem", etc. Esta fase do trabalho, normalmente conhecida pelo nome de "ensaios de mesa", dá ao encenador e ao grupo o esqueleto do que irá ser o espectáculo.

Precisamente porque é um esqueleto, tem de ser preenchido com carne, sangue e nervos, isto é, tem de ter vida. Essa é a função do encenador. Pode-se dizer que o trabalho do encenador consiste essencialmente em ilustrar um texto ou uma ideia, tornando-os receptivos e agradáveis os espectadores.

Chegados a este ponto, entra-se noutra questão-chave.

É a de saber para que o público se vai trabalhar, ou se quer trabalhar. É evidente que um público do Teatro Nacional (se realmente aí há público o que não se sabe muito bem), não tem os mesmos gostos, nem sente a mesma "fome de comunicação" de um público de bairros de lata. Penso que estas diferenças sociais devem esclarecer o encenador na orientação da pesquisa formal a que tem de proceder.

CONCRETIZANDO, DE UMA FORMA UM POUCO ESQUEMÁTICA. SÃO ESTAS AS DIVERSAS FASES DO TRABALHO DE ENCENAÇÃO:

1ª Fase — Leitura colectiva e estudo geral da peça.

2ª Fase — Divisão da peça por cenas que correspondem a diferentes períodos ou ciclos de narração. Este trabalho pode levar o grupo a eliminar cenas do texto, cortar certas passagens, etc. Entra-se assim na fase da "simplificação" todos os esforços estão centrados no sentido de tornar o futuro espectáculo o mais claro possível.

3ª Fase — Estudo da trama da acção e dos personagens. É uma fase de enriquecimento e de aquisição de densidade. Para se combater o simplismo e o esquematismo. Nesta fase, é frequente recorrer a estudos de materiais exteriores à peça. Por exemplo: o trabalho sobre a peça "D. João VI" obrigou o grupo a estudar o período histórico a que a peça se referia.

4ª Fase — Chegada ao palco, para improvisações sobre cenas, tentando descobrir o espaço apropriado, as marcações significantes, os "sinais" que devem chegar ao público, etc.

5ª Fase — Ensaios corridos de "blocos" que começam a estar estruturados, de forma a corrigir ritmos e eliminar lacunas na narração da história.

6ª Fase — Ensaios gerais até à estreia. Nesta fase, todas as outras actividades que se desenvolvem para que o espectáculo exista (cenografia, guarda-roupa, música, sonoplastia, caracterização), aparecem conjugados. O facto de só surgirem de uma forma definitiva nesta fase, não quer dizer que não estejam em gestação e organização desde o início dos trabalhos. Aliás, muitas vezes, é a ideia de uma concepção plástica que acaba por dirigir toda a linha geral da encenação. Parece-me ser um caminho possível, ressaltando os excessos que podem levar o encenador a cair em trabalhos meramente visuais e "ilusionistas", esquecendo a história que têm de contar.

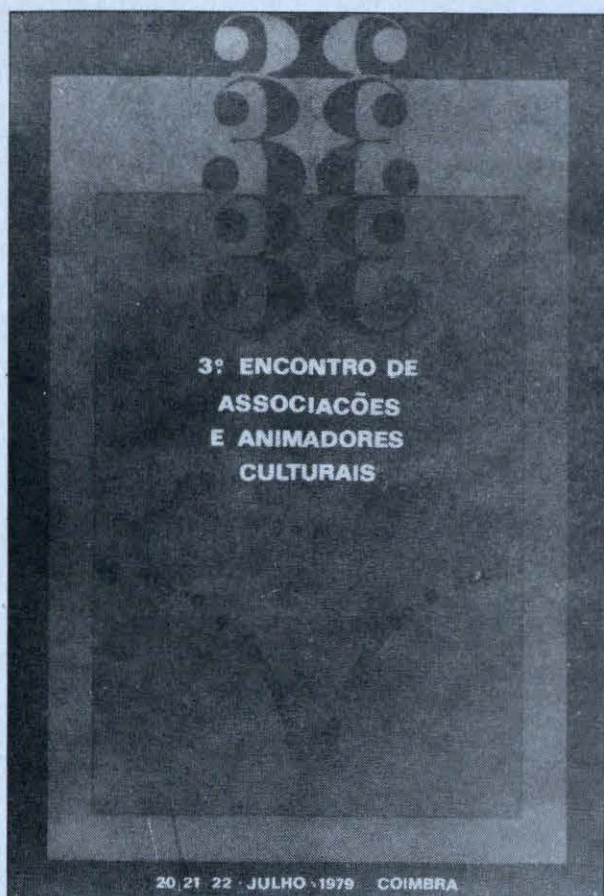
Concluindo estes breves apontamentos, transcrevo um texto que escrevi como balanço de uma experiência pessoal com um grupo de teatro de emigrantes, em Paris

1. O teatro reflecte sempre uma determinada ideologia; essa ideologia está sempre ao serviço de um dos interesses: ou os interesses dos exploradores e opressores, ou os interesses dos explorados e oprimidos. Em marxismo, diz-se: ou a favor da burguesia, ou a favor do proletariado.
2. Toda a forma de Arte é política, por conseguinte. O que quer dizer, que tem sempre a ver com formas de agitação e propaganda. Mas a agitação e propaganda exige, para ser eficaz, uma Arte complicada e evoluída. Não bastam palavras, imagens, símbolos amontoados e slogans para que se consiga convencer quem nos escuta, da razão que nos assiste.
3. A responsabilidade máxima do trabalhador do campo artístico (profissional ou amador, isso não interessa), é precisamente, a de saber utilizar todos os seus recursos, dotes e conhecimentos intelectuais, estéticos e imaginativos, de forma a tornar claro, compreensível e sugestivo, tudo o que apresenta.
4. Ser claro e sugestivo, não significa ser primário e limitado. Aliás, nem a Arte popular costuma ser naturalista ou meramente "fotográfica". A imaginação dos poetas e dos escultores populares dá-lhes asas e o gosto de serem imaginativos e anti-traditionalistas.
5. Não havendo, por conseguinte, a obrigatoriedade de ser "normal" e "natural", o único problema que se põe na obra de Arte (conto, poema, canção, encenação de teatro, etc.) é o de saber onde pode ir a imaginação do Artista. Utilizando a metáfora e procurando o belo, o artista só tem de se preocupar com uma questão, a imagem que quer mostrar pertence, efectivamente ao campo e à cultura popular, ou não passa de um artifício estático formalista ineficaz.
6. O formalismo burguês tem de ser combatido. Não propriamente pelos prejuízos que pode causar ao povo, dado que será necessariamente incompreensível e vazio; mas sim, porque desvia o povo do campo artístico, e porque enfeuda o artista progressista a amarras e novo tipo de preconceitos que acabarão por o destruir.
7. A linha condutora do nosso trabalho não era pessimista, nem derrotista. Separados do mundo da tragédia, porque não acreditamos no Destino nem em forças sobrenaturais, estamos ligados à vida, confiamos na luta, e combatemos pela transformação do Mundo. Esta posição ligava-nos a um trabalho assente na crítica, na sátira e no humor. E, como temática, obriga-nos a procurar o povo como herói e testemunho das nossas histórias.
8. Saber divertir, e saber fazer rir, tem a ver com a procura de uma técnica emocional. Mas nós não queremos que o nosso público esteja perante os nossos espectáculos como se estivesse a ouvir anedotas. E isso dá-nos novas responsabilidades (bem difíceis); as de conseguir transmitir as teses essenciais que o povo tem de aprender para se conseguir libertar da exploração e da opressão. Para isso, excluimos o discurso e o slogan, a lição professoral e enfadonha, a angústia, o pessimismo e o derrotismo, resta-nos uma única saída justa: saber comunicar de uma forma dialética e contraditória os dados, as informações e emoções indispensáveis para que os cérebros e as sensibilidades se abram ao que propomos.
9. Como adquirir este saber?
Os trabalhadores de teatro, como qualquer trabalhador da agricultura, da indústria, ou dos serviços, têm de ser bons executantes da sua profissão. Para isso têm de estudar e experimentar. Não podem ter peias, nem complexos. E, fundamentalmente, têm de aprender o que Brecht dizia em relação aos actores: "Se o actor não quer ser nem um papagaio nem um macaco de imitação precisa de assimilar os conhecimentos da sua época sobre a vida social participando na luta de classes".

•encenador



Foto de Jorge Ramos



III encontro de associações e animadores culturais

relatório organizado pelo Secretariado
do III Encontro

“... Importa esclarecer desde já que concebemos a acção cultural como um dos instrumentos de transformação social e de empenhamento activo na construção de um novo modo de vida em que TODOS possam participar. Por isso recusamos a redução do associativismo e da acção cultural a um papel de paliativo de conflitos, a uma mera função de entretenimento ou de simples integração social.

Consequentemente, entendemos que a ACÇÃO CULTURAL tem de recusar todas as formas de alienação...”

Do Guião



- I. Introdução
- II. Dados estatísticos
- III. Programa
- IV. Centros de Interesse
- V. Grupos de reflexão
- VI. Propostas e Mensagens ao Plenário.
- VII. Avaliação e Projecto Proposta
- VIII. Anexos

I. INTRODUÇÃO

* Consultar n.º 13 da Rev. Intervenção.

1. Antecedentes

Ao encerrar os seus trabalhos no dia 3 de Dezembro de 1978, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, deliberou o Plenário do II ENC. de ASS. e AN. CULTURAIS convocar para os dias 14, 15, 16 e 17 de Junho do ano seguinte o III ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS subordinado ao tema "TRABALHO CULTURAL, EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO" (ver relatório do II ENC.).

Para o efeito, a Comissão Organizadora respectiva ficou encarregue de iniciar as tarefas necessárias para o lançamento do processo conducente à realização daquele, tendo imediatamente organizado uma lista na qual se poderiam inscrever as associações que pretendessem colaborar na sua organização.

Assim se constituiu o Grupo Dinamizador do III ENC. que, nesta altura, era integrado pelas 12 associações que se haviam inscrito na lista referida (1.).

2. O arranque do processo

No dia 27 de Janeiro teve lugar a 1ª: reunião do Grupo dinamizador do III ENC., à qual compareceram as seguintes associações:

No dia 27 de Janeiro de 1979 teve lugar a 1ª: reunião do Grupo Dinamizador do III ENC., à qual compareceram as seguintes associações:

Associação Portuguesa de Animadores Culturais — APAC

Centro de Apoio às Organizações de Base — CAOB

Centro Cultural de Cascais — CCC

Grupo de Intervenção Cultural de Vila Real — GIC

INTERVENÇÃO — Revista de Animação Sociocultural

Semear para Unir, Grupo de Alfad. e Cultura Popular — SPU

Nesta 1ª: reunião definiu-se a metodologia a adoptar para dinamizar o processo do III ENC., constituída pelas seguintes acções fundamentadas:

- promover a constituição do GRUPO PROMOTOR DO III ENCONTRO composto por todas as associações inscritas na lista atrás citada e por outras localizadas em cada um dos distritos e regiões do país, com função de deliberar sobre o tema e estrutura do III ENC.
- incentivar, através das associações, integrantes do GRUPO PROMOTOR, a dinamização e mobilização das associações e animadores para a participação no III ENC.
- eleger, de entre o GRUPO PROMOTOR, um Secretariado executivo com a competência necessária para realizar todas as tarefas indispensáveis à realização do III ENC.
- Até à 1.ª reunião do GRUPO PROMOTOR, constituir um Secretariado Provisório, com a função de preparar uma proposta de guião bem como de estudar os problemas práticos para a realização do III ENC.
Este Secretariado foi integrado pelas APAC, CAOB, CEEC, INTERVENÇÃO e SPU.

Deu-se, pois início à execução das resoluções aprovadas no plenário de encerramento do II ENCONTRO.

3. O desenvolvimento do processo

No dia 24 de Março de 1979, desta feita em Coimbra, reuniu o GRUPO PROMOTOR, para a qual foram convocadas e estiveram presentes as associações e grupos constantes em anexo (2).

Após aturada discussão, deliberou-se manter a convocação do III ENC., muito embora se tenha reformulado o respectivo tema que passou a ter o seguinte enunciado: "ACÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO".

Igualmente se elegeu o SECRETARIADO EXECUTIVO que passou a ser constituído pelo CAOB, APAC, SPU, Coop. ERA NOVA; INTERVENÇÃO, como membros efectivos, GIAC para o apoio Logístico em Coimbra, e CCC e CEEC como membros suplentes. O SECRETARIADO ficou também, desde logo, com a incumbência de elaborar o Guião e promover as tarefas necessárias para dinamizar e tornar possível a realização do III ENC.

4. O trabalho do secretariado

Este deu imediatamente início aos seus trabalhos, passando a reunir periodicamente no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Ao longo do período do seu funcionamento, foram executadas as seguintes acções:

- elaboração de ficheiros das associações e animadores culturais, por distrito;
- envio a todas as associações, grupos e animadores constantes do ficheiro, do Relatório do II ENC.
- envio, igualmente, de toda a documentação relativa ao III ENC.
- elaboração da proposta de guião, programa e estrutura;
- contactos com a DGEP, SEC, e FAOJ, bem como a Câmara Municipal de Coimbra, a fim de se obter o indispensável apoio, nomeadamente financeiro;
- contactos com a UNESCO;
- contactos com a Imprensa;
- montagem da infra-estrutura do III ENC;
- elaboração dos textos base para os grupos de reflexão;
- organização do funcionamento do III ENC.
- contactos com os orientadores dos centros de interesse;
- organização de duas mesas redondas — ver nota (3) ao ponto II

Dado que à 2.ª Reunião do GRUPO PROMOTOR, realizada no dia 19 de Maio de 1979, também em Coimbra, não compareceu a maior parte das associações e grupos convocados, possivelmente pelo atraso com que a convocatória foi enviada, o SECRETARIADO, entendendo dever intencificar-se a mobilização para o III ENC. e a execução de tarefas inadiáveis, deliberou adiar o mesmo para os dias 20, 21 e 22 de Junho. (3)

5. Nota Final

Durante os trabalhos do SECRETARIADO saíram, por motivos relacionados com as respectivas actividades e calendários, o SPU e a Era Nova, tendo por isso os membros suplentes assumido o seu respectivo lugar.

Finalmente, queremos realçar o clima de camaradagem e empenhamento que todos os que contribuíram de uma ou de outra forma para a realização do III ENC. e, através dele, para o reforço do movimento associativo, puseram no seu trabalho.

Segue o RELATÓRIO propriamente dito, que esperamos possa vir a servir como um instrumento de reflexão e de análise daquilo que todos nós temos vindo a fazer nas associações, grupos e outros locais em que desenvolvemos a acção cultural.

II. DADOS ESTATÍSTICOS

Lista das Associações presentes no III ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS COIMBRA

DISTRITOS, ASSOCIAÇÕES E OUTROS COLECTIVOS

AVEIRO - 14 Grupo Cultural da Escola Secundária Mário de Sacramento; LOURO - COOP - Sociedade Cooperativa de Consumo de Lourosa, S. C. R. L.; MACICOOP - Biblioteca Popular. — BRAGA - 9 Cine-Clube de Guimarães Associação de Teatro "Construção" — Joane; Junta Central das Casas do Povo C.I.C.P. — Guimarães. — BRAGANÇA - 2 Associação Cultural Recreativa de Ventoselo. — C.BRANCO - 5 Grupo de Animação e Cultura Popular; Junta Central das Casas do Povo; Núcleo Cultural da Covilhã; Associação de Educação Popular da Covilhã. — COIMBRA - 21 Grupo de Teatro de Tóvim, Grupo Recreativo de Vila Verde, GRAAL, Cooperativa Unicampo, Grupo Cultural de Casal da Misarela, Coro Misto da Universidade de Coimbra, Centro de Animação Desportiva e Cultural de Miranda do Corvo, Centro Social Cultural Recreativo de Belide, GIAC — Grupo de Intervenção e Animação Cultural Naval 1.º de Maio. EVORA - 6 Centro Cultural de Viana do Alentejo, Centro Cultural Bento de Jesus Caraça. FARO - 3 Alternativa — Cooperativa de Produção Teatral Animação Cultural Intervenção Pedagógica, Associação Cultural Desportiva de Ferragude. LEIRIA - 8 Casa da Cultura das Caldas da Rainha, Os Comediantes — Cooperativa de Animação, Clube Recreativo "Lis e Lena". LISBOA - 75 Associação de Educação Popular de Sintra, Revista Intervenção, Movimento de Saúde Comunitária, Atelier de Exposição Artística do Estoril, Associação Comunitária de Saúde Mental, Macaco Simão, Associação de Moradores do Alto dos Moinhos, U.C.A. — União de Cultura e Acção, Movimento de Criatividade Juvenil, Clube Atlético de Arroios, A.I.L. — Associação de Inquilinos Lisbonenses, Associação de Apoio Cultural de Colares, Frente Cultural Popular de Moscavide, Grupo de Intervenção Cultural de Sacavém, Centro Cultural Popular de Sintra, APAC, CAOB, Centro de Formação de Animadores de Bairro, Biblioteca Operária Oeirense, GRAAL, Marionetes de S. Lourenço e o Diabo, Associação Cultural Popular de Alcântara, Cooperativa Editora de Mulheres — IDM, Comissão Nacional do AIC, UPAJE, Sindicatos dos Empregados de Papel e Cartonagem. — PORTO - 34 Erva Daninha, Pé de Vento, Associação de Moradores de Canidelo, Associação Popular Independente da Sé, Grupo de Animação Cultural Desportiva de Canidelo, ATAD, Seiva Trupe, Comissão de Moradores — Infantário Popular de Coimbrões — Gaia, Números e Letras — Associação de Educação Popular, Associação de Jovens do Bairro Rainha Dona Leonor, Associação Cultural de Francos, CEEC. — PORTO - Centro Cultural Operário — Base Fut, Roda Viva. — SANTARÉM - 2 Secção Cultural da Casa do Povo de Pego. — SETÚBAL - 9 Associação de Alfabetização e Cultura Popular — Semeiar para Unir, Centro Cultural da Almada, Grupo de Acção Cultural da Casa do Povo de Alvalade — Sado, Junta Central das Casas do Povo. — VIANA DO CASTELO - 5 ACEP — Associação de Cultura e Educação Popular, FDC — Frente de Divulgação Cultural. — VILA REAL - 3 Junta Central das Casas do Povo, TET — Teatro Experimental Transmontano. — VISEU - 4 Jornal "Passo em Frente", Grupo de Teatro Trigo Limpo.

NOTA — Os números que se seguem ao nome do distrito dizem respeito ao n.º de representantes.

III. O PROGRAMA

O III ENC. aconteceu em Coimbra.

Foi na véspera, 5.ª feira, dia 19 de Julho, que começaram a chegar ao "velho" Chiado, edifício arte-nova do centro da cidade, os representantes de associações e os animadores.

Logo neste dia se iniciou o trabalho: o arrumar da casa, a escolha dos espaços mais adequados para o funcionamento dos centros de interesse e grupos de reflexão, os contactos com a Câmara Municipal, a montagem dos serviços de apoio, as colagens pela cidade dos cartazes e propaganda, a decoração do edifício.

No dia seguinte, 6.ª feira, 20 de Julho, o pendurar do fantoche, o pregar do mapa das actividades da associação ou grupo, a montagem da exposição no 2.º andar, o "bater" das máquinas de escrever, o saber dos alojamentos, o plenário inicial, o acerto do programa com os outros... foram tempos que começaram a dar vida ao Chiado.

Depois do almoço, nas cantinas da Universidade (cujo acesso nos foi facultado pela Reitoria) e em tascas, restaurantes ou outros locais, e com os participantes repartidos pelos respectivos Centros de Interesse, recomeçou o trabalho.

À entrada do Chiado havia um Placard onde cada um escolhia e se inscrevia no Centro de Interesse da sua predilecção.

Entretanto a "malta" continuava a chegar, a informar-se, a pendurar, a martelar... a participar no Encontro.

O convívio, após o intervalo para Jantar, foi um espaço de confraternização onde não faltaram o Bombo, os ferrinhos e...a espontaneidade.

No sábado, esteve um dia quente. O calor do ambiente transbordou lá para dentro com a discussão gerada nos vários grupos de reflexão sobre os temas propostos. Às discussões prolongaram-se pela tarde, até que os vários grupos se congregaram no r/c do edifício para um jantar em comum, donde se arrancou para um convívio no átrio do Museu Machado de Castro. O canto em cântico, levado por várias associações, continuou com momentos de participação colectiva.

No domingo de manhã, com algum atraso sobre a hora prevista, decorreu o plenário final onde foram lançadas propostas que orientarão o trabalho futuro.

No Choupal, apesar da hora tardia, foi num ambiente envolvente que decorreu o almoço, "dando força à partida".

O QUE SE FEZ

IV. NOS CENTROS DE INTERESSE

1. Nota Prévia:

A estrutura dos ENCONTROS tem tido como característica a tentativa de ligar a teoria à prática e esta à teoria através da organização de oficinas onde os animadores podem, a par com a reflexão sobre a produção e utilização de uma ferramenta ou actividade concretas, produzi-la e utilizá-la efectivamente.

Dificuldades organizativas impossibilitaram a montagem das "oficinas", pelo que o Secretariado entendeu ser mais aconselhável que as mesmas funcionassem em termos de "Centros de Interesse", nos quais os animadores pudessem reflectir, de maneira menos formal e recorrendo a demonstrações práticas, sobre um certo número de actividades e ferramentas concretas.

Dentro deste condicionalismo funcionaram os seguintes Centros de Interesse: Livro Vivo; Alfabetização; Informação Cultural; Animação Musical; Fotografia e Audio-Visuais; Expressão Plástica e Fantoques.

2. Metodologia Geral

Em todos os Centros de Interesse se iniciou o trabalho pela apresentação dos seus participantes, pela descrição das respectivas experiências e, em alguns casos (Expressão Dramática, Fotografia, etc.) pelo exercício ou demonstração de uma acção, ferramenta ou trabalho.

Por outro lado, procurou-se que o debate em torno do "interesse" surgisse através da análise dos problemas práticos postos por uma dada acção, actividade, ferramenta, quer trazidos/produzidos na altura ou descritos pelos participantes.

O trabalho decorreu de forma desigual nos diversos "Centros". No entanto algumas importantes conclusões foram conseguidas.

3. Resumo das Conclusões dos Centros de Interesse

LIVRO VIVO:

Fundamentalmente foram estas as mais importantes conclusões do "Centro de Interesse":

- Quanto ao *Livro* em si foi salientada a importância que tem e a dos critérios que presidem à sua escolha. O Livro é importante tanto como instrumento de trabalho/ informação/documentação, como do ponto de vista da sua obra. O Livro por outro lado possibilita diversas acções: a sua exploração, leitura, a sua utilização em outros campos, como no da dramatização, nos fantoches.
- Do ponto de vista da animação de bibliotecas referiu-se, nomeadamente, a importância das leituras colectivas comentadas, a necessidade da utilização de textos pequenos e adequados ao quotidiano de quem os utiliza, a revelância na recolha e análise da literatura tradicional.

ALFABETIZAÇÃO:

Para além da abordagem dos problemas concretos que se põem aos alfabetizadores (levantamentos, critérios na escolha de monitores, a sua formação e coordenação das experiências) concluiu-se por se entender e nomeadamente:

- por um lado, que a alfabetização só pode, como tal ser considerada e praticada enquanto enquadrada numa interdisciplinariedade e num conjunto de acções "... desenvolvidas pelo colectivo social em que a aprendizagem das linguagens (escrita, oral e outras) se estão a desenvolver..."
- e, por outro lado, que as linguagens nobres (oral e escrita) não têm que ser privilegiadas, antes sendo indispensável colocá-las em pé de igualdade com as outras formas de expressão.
- relativamente ao PNAEBA salientou-se a importância que as Ass. Culturais e de Educação Popular têm na dinâmica da educação permanente; a necessidade de regionalizar os programas de acção cultural e de educação popular; a premência de que o PNAEBA seja discutido e analisado pelas associações e grupos.
- Finalmente que sendo, numa perspectiva de animação cultural, as associações e animadores os dinamizadores fundamentais e executores privilegiados de uma política cultural, o aparelho do estado deve criar as condições para que não sejam inviabilizados quer por falta de apoio (material ou outro) quer pela burocratização das estruturas.

INFORMAÇÃO CULTURAL

Os participantes nos trabalhos destes "Centros de Interesse" concluíram no que toca a dois importantes aspectos do problema o seguinte:

- Dado o crescente controle sobre os meios de comunicação social que se verifica por parte do poder, manifesta-se cada vez mais a necessidade de criar circuitos de informação novos, ligados às realidades concretas das comunidades que pretendem servir. Estes novos circuitos deverão, mais, procurar constituir-se como alternativa ao sistema de informação vigente.
- Por outro lado considerou-se extremamente importante que a informação e divulgação devem proporcionar a análise objectiva das realidades e a desmontagem da ideologia e lógica dominantes.
- Apontou-se, também, para a necessidade da criação de um Centro de Informação e Documentação — e que poderia estar ligado à Revista Intervenção — com funções de sistematização e intercâmbio das experiências e da informação.
- Finalmente propôs-se que a Revista Intervenção se deverá tornar, cada vez mais, "... o espaço de expressão da acção cultural em Portugal..."

ANIMAÇÃO MUSICAL

O "Centro de Interesse" apontou para a necessidade de a animação musical se desenvolver em relação a um dado objectivo ("... faz-se para alguma coisa: para festa, grupos, para o teatro. O simples exercício não justifica as actividades...").

A música, enquanto forma de expressão, está intimamente ligada à vida das comunidades. Ela é, também, expressão da luta do povo pela sua emancipação.

FOTOGRAFIA E AUDIO-VISUAIS:

Os participantes abordaram a fotografia quer do ponto de vista da pesquisa e da técnica (sendo de salientar que para fazer fotografia não são necessários grandes meios técnicos). A fotografia é, também, um meio de expressão/comunicação e importantíssimo meio de documentação.

Sobre os meios audio-visuais os problemas fundamentalmente focados relacionaram-se com os meios técnicos e as formas da sua utilização, sendo de destacar a importância do diaporama na animação.

EXPRESSÃO DRAMÁTICA:

O grupo começou por distinguir a animação teatral da expressão dramática: enquanto que a primeira visa, essencialmente, a "representação" (o espectáculo/o contacto directo com a comunidade) a segunda é antes um instrumento para aproximação das pessoas e um elemento para a coesão do grupo.

A expressão dramática, por outro lado, através da criação de situações, permite demonstrar aos que nela participam que a realidade pode ser mudada.

Para incentivar esta forma de expressão há a necessidade de partir das necessidades espontâneas que se manifestam no grupo, dramatizando as situações realmente vividas, o "jogo" tem, aqui, revelância assinalável.

FANTOCHES:

O "Centro de Interesse" debateu, sem no entanto chegar a conclusões, estruturadas, a problemática da expressão corporal e da descoberta do fantoche.

ARTES PLÁSTICAS:

O "Centro de Interesse" não apresentou relatório.

NOTA FINAL:

De uma forma geral, em todos os "Centros" se referiu ser pressuposto essencial de qualquer acção, por um lado o correcto conhecimento do meio onde ela se desenvolve, e por outro a necessidade de que o animador seja um elemento do meio e nele integrado.

Por último resta acrescentar que a participação havida demonstra a necessidade que os animadores sentem de aprenderem e dominarem os instrumentos.

V. E NOS GRUPOS DE REFLEXÃO (5)

1. REFLEXÃO PREPARATÓRIA DOS ENCONTROS

Naturalmente a reflexão constituiu uma parte fulcral de todo o processo deste Encontro. E isto não apenas durante os dias vividos em Coimbra.

Na verdade, da própria temática decorria a necessidade de, ao mesmo tempo que havia um debruçar-se sobre os seus suportes teóricos e acerca das experiências estrangeiras, se proceder à análise da prática dos grupos e animadores, tendo em conta as propostas mais adequadas à situação actual do país.

Desta forma, podemos considerar diversos momentos privilegiados em que a reflexão foi sendo assumida, retomando-se, aqui e ali, aspectos já aflorados, mas quase sempre ampliando os horizontes da formação e da acção cultural em análise.

Em primeiro lugar pode dizer-se que se tentou preservar, e mesmo dar actualidade, aos debates e conclusões dos anteriores encontros. Com efeito, pensamos que neles se produziu e congregou uma importante teorização da prática das associações e animadores, que frequentemente é ignorada ou esquecida no dia a dia, quando a verdade é que seria mister enveredar pela concretização de perspectivas e opções que consubstanciaram unanimidade ou consenso, e que apontam para avanços qualitativos.

Ao mesmo tempo houve a preocupação de redigir um "Guião" (6) que servisse de anúncio programático, comportando o lançamento das "teses" identificadoras do Encontro e apontando para um debate dentro e fora de cada associação ou conjunto de animadores. Deste Guião podemos destacar as seguintes afirmações:

"... A formação desenvolve-se a dois níveis:

- por um lado a acção cultural é uma acção formativa: através dela as populações e grupos sociais/as associações, grupos e animadores culturais adquirem novos conhecimentos, novos instrumentos, novas técnicas que lhes servirão para melhor compreenderem a posição que assumem na nossa sociedade e para lutar contra as relações sociais dominantes, transformando-as.
 - por outro lado, as associações, grupos e animadores necessitam de formação: há que reflectir sobre a prática desenvolvida, há que estudar o meio em que o trabalho se desenvolve em ordem a realizar as formas e instrumentos que têm sido utilizados e aqueles que podem vir a sê-lo.
- Estes dois níveis não são estanques, antes o primeiro implica o 2.º e este não tem sentido sem o 1.º..."

Seria, porém, incompleto, referir apenas o Guião como texto capaz de vincular os temas em debate. Na verdade os diversos papéis endereçados às associações e animadores estavam informados de uma mesma lógica e coerência e apontavam para a necessidade de se examinarem abertamente todas as questões.

Embora não haja dados significativos a respeito das reuniões formais ou informais, restritas ou alargadas, que se promoveram de norte a sul do país no período que precedeu o Encontro em Coimbra, o certo é que nos chegaram ecos de que aqui e acolá, efectivamente, se dialogou e se aprofundaram discussões teóricas em confronto com a prática e com os presentes condicionalismos nacionais. É mesmo provável que associações e animadores que depois não chegaram a estar presentes em Coimbra, e isto por razões variadas, igualmente tenham aproveitado o ensejo para questionarem, além dos pressupostos inerentes ao Encontro, os problemas à óptica que propunhamos, assim como outros afins.

Não será por isso de estranhar que, afora a discussão que toda a temática do Encontro suscitou nas duas reuniões do Grupo Promotor, e das muitas do próprio Secretariado, este se tenha preocupado em promover, em Lisboa, duas *mesas redondas* (7) com cerca de três dezenas de animadores e técnicos de diversas especialidades a fim de debaterem a problemática da formação em ordem à acção cultural.

Poderiam ainda referir-se algumas reuniões de carácter regional promovidas com a presença de um ou outro elemento do Secretariado em que houve a oportunidade de repôr em evidência as questões fundamentais levantadas, não só pela realização do Encontro, como, especialmente, pelo tratamento da sua temática.

Cabrá, em todo o caso, assinalar-se o espírito de abertura que presidiu e permaneceu nos textos e na vivência dos intervenientes deste período preparatório.

2. REFLEXÃO DURANTE O ENCONTRO

Foi, no entanto, durante o desenvolver do próprio Encontro, ao longo do dia de sábado, já nos espaços abertos do edifício Chiado, que se encetou de uma forma mais sistemática e alargada, a reflexão em torno dos 4 grandes subtemas:

- a) da acção à formação/da formação à acção;
- b) formas organizativas;
- c) acção cultural e vida comunitária/acção cultural e local de trabalho;
- d) ferramentas para a animação cultural.

Por parte do Secretariado foi decidido avançar cada um destes temas com o apoio de um texto introdutório que permitisse servir de ponto de partida para o desencadear do trabalho de grupo.

Naturalmente os animadores e associações ficaram livres para aceitar ou recusar as propostas de reflexão avançadas, tendo as introduções servido mais para despoletar a discussão em grupo do que de fio condutor. Aconteceu mesmo, e saudavelmente, que os animadores se confessaram desligados das introduções tendo, pelo menos num caso, explicitado que faziam tábua rasa do texto, verificando-se em todos os grupos autonomia para estruturarem os processos de discussão.

Entramos agora a particularizar o que se passou relativamente a cada um dos grandes temas de reflexão.

3. OS TEMAS DE REFLEXÃO

3.1. TEMA 1: DA ACÇÃO À FORMAÇÃO/DA FORMAÇÃO À ACÇÃO

Este tema central do Encontro foi apresentado através de um texto (8) necessariamente incompleto, mas essencialmente rico e sugestivo, cuja fórmula fundamental resumia que a *formação de animadores só é consebível em função da acção concreta e específica*.

Partia-se da afirmativa de que a animação não pode ser considerada uma "disciplina" que tenha a sua própria teoria, tratando-se antes, de um *campo de acção social*, apoiando-se nos conhecimentos fornecidos pelas diversas disciplinas e utilizando, de entre os conhecimentos produzidos exteriormente, os que se adquam ao seu objecto para melhor relacionar a sua prática.

Assim, a formação de animadores depende das actividades praticadas, ao nível dos seus conteúdos, das suas pedagogias, dos seus funcionamentos, das suas produções.

Acrescentava-se que a formação será um espaço privilegiado para reflectir e experimentar as ferramentas para a acção.

Em síntese, introduziam-se quatro grandes domínios em que a formação tem um papel fundamental:

PERSPECTIVAÇÃO DA ACÇÃO CULTURAL: a formação deverá proporcionar o debate sobre a ideologia dos animadores (ideologia entendida aqui como a lógica social subjacente, implícita ao discurso de explicação e de justiça que os animadores têm a propósito da sua actividade);

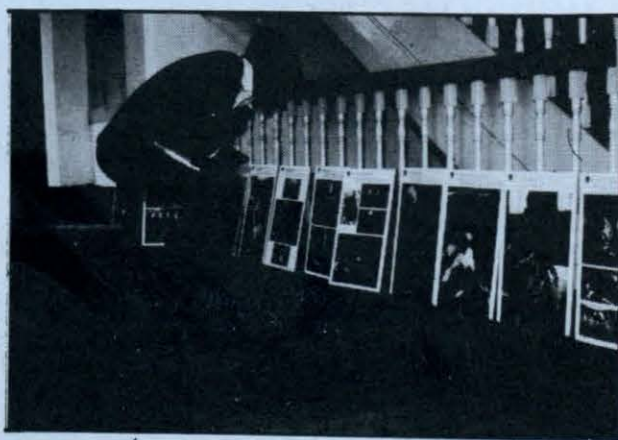
INTRODUÇÃO AO RIGOR CIENTÍFICO: é também a formação que tem a responsabilidade de introduzir o rigor científico, que muitas vezes está ausente das actividades socio-culturais, mas que é cada vez mais determinante;

METODOLOGIA DA ACÇÃO: traduz-se em duas tarefas essenciais: proporcionar a sistematização das actividades praticadas, ou seja, das experiências, ir definindo as estratégias de intervenção próprias a este campo de acção, no respeito das características metodológicas específicas;

FERRAMENTAS DA ACÇÃO: depois de se afirmar que este domínio fica muitas vezes confinado ao alastramento de subprodutos culturais de uma produção esteriotipada, apontava-se para, numa perspectiva de formação se proceder à inventariação dos instrumentos utilizados pelo animador, à investigação de novos instrumentos possíveis (e na experimentação oficial), à análise das formas de apropriação pelas populações e à criação de condições para uma criatividade crescente.

Constituíram-se quatro sub-grupos (9) para tratarem desta temática.

É supérfluo afirmar que o mais importante foi a troca de experiências, de pontos de vista, de análises críticas, de perspectivas, feitas ao vivo em cada um deles. As conclusões que redigiram no final e que, depois de lidas no último plenário, foram distribuídas aos presentes, ficaram, certamente, aquém da riqueza que revestiram na realidade. Todavia, pode aquilatar-se do trabalho produzido lendo, nomeadamente, os textos produzidos pelos sub-grupos 2 e 4.





Pode afirmar-se que, como pontos fulcrais, houve consenso relativamente a que:

- a formação tem que ser integrada;
- e que importa recusar uma formação institucionalizada, dependente do aparelho de Estado.

Foi concluído que a acção cultural das associações, grupos e animadores se circunscreve, muitas vezes, à ocupação dos tempos livres, divorciando-se do movimento sindical, cooperativo, das organizações de base, sendo necessário *assumir como cultural toda a luta social e a prática concreta desta intenção*. Neste sentido, importa integrar a problemática social na animação, como por exemplo a do urbanismo, ecologia, saúde, saneamento básico, etc., e de outras forças de transformação. Insistiu-se na *necessidade de planificação* e de uma actividade permanente, sublinhando-se a *importância da reflexão crítica* contínua sobre o trabalho, o que pressupõe o diálogo, o intercâmbio e o confronto entre os animadores, junto com um esforço de pesquisa sobre os métodos, meios, formas e pessoas, passando pela distanciação em relação ao empirismo-à improvisação e à visão ingénua da realidade.

Constatou-se que, muitas vezes, a prática cultural cria dependências em vez de se apresentar como libertadora. Amiúde, verifica-se que os animadores definem, à priori aquilo que julgam ser as necessidades culturais de uma população, escolhendo os instrumentos como se respondessem a todas as questões em qualquer situação histórica vivida.

Há que insistir na reflexão regular, e nela investir, o que exige espaços e tempos.

Ao avaliar criticamente o seu trabalho, os animadores devem ter em conta a necessidade de precisarem positivamente os conceitos utilizados, não se contentando com definições pela negativa.

Preconizou-se que, no trabalho de coordenação regional, se acompanhasse a formulação de programas de acção da fundamentação sobre o como, o quê e o para quê, descobrindo, assim, formas de aprofundamento crítico e de uma mais vasta perspectiva das suas actividades.

Chamou-se ainda a atenção, particularmente, para a *urgência em se registarem todas as experiências*, dando-as a conhecer, para se despertarem as potencialidades das populações, para se incentivar o espírito crítico das pessoas e para o respeito da metodologia própria da animação, que comporta um processo de desenvolvimento gradual.

Finalmente apontou-se para a que preocupação fundamental do Secretário Provisório saído do Encontro se centrasse no levantamento dos recursos das avaliações, tendo em vista um apoio ao esforço de formação de cada grupo, devendo a respectiva intervenção ser, cada vez mais, a expressão das experiências de acção/formação.

3.2. TEMA 2: FORMAS ORGANIZATIVAS (10)

O esquema de apresentação deste tema constava de 3 pontos:

- Em primeiro lugar lembrava as conclusões do II ENC. acerca das “estruturas organizativas para o trabalho cultural” que apontavam para a colaboração entre diversas associações e colectividades com grupos culturais, desportivos e sindicais dentro das empresas, para a criação de uma federação de associações e colectividades a nível regional, para a hipótese de destacamento de animadores para grupos de bairros onde não existam iniciativas culturais, para a realização de encontros regionais e para fazer da revista *Intervenção* o órgão informativo das e para as associações;
- Em segundo lugar perguntava-se que formas organizativas para associações, grupos, animadores e organizações de base, avançando-se que se poderia ir até ao esboço de um programa prioritário de acção cultural e à perspectivação de um Secretariado das Associações de Animadores Culturais;
- Por último repunha-se o problema das forças organizativas para a formação a nível local, regional e nacional

Também aqui as conclusões que vieram a lume escondem a vivacidade do diálogo que, frequentemente, transvasou para outros domínios. (11)

Da reflexão dos sub-grupos destacamos a importância da *ligação ao meio* dos animadores e associações e grupos, a necessidade de *planeamento de acções conjuntas a nível regional* utilizando uma metodologia comum, a conveniência em situar o trabalho local num plano mais vasto, respeitando, no entanto, o ritmo de cada região no que se relaciona com as questões de planificação e organização.

Instou-se na interligação das associações, grupos e animadores, a partir de encontros regionais, encontros sectoriais e da troca de serviços, designadamente ao nível da formação.

Sublinhou-se a necessidade de formas organizativas estáveis e de haver uma concertação em ordem a gizar uma estratégia com vista à mobilização e organização para a acção.

Sentiu-se ainda, a necessidade de articulação das associações, a grupos e animadores aos níveis regional e nacional, no sentido de esboçar um projecto cultural para o qual seria imprescindível a dinamização de um esboço de projecto cultural, colectivamente assumido, e o alargar da “base social de apoio” desse projecto, contactando-se e discutindo-se com outras áreas (cooperativas, imprensa regional, ATL's, associações de inquilinos, associações de defesa do património, etc).

Finalmente apontou-se para um IV Encontro de Animação Sociocultural (associações de animadores) subordinado ao tema “Por um Projecto Cultural”.

3.3. TEMA 3: ACÇÃO CULTURAL E VIDA COMUNITÁRIA/ACÇÃO CULTURAL E LOCAL LOCAL DE TRABALHO:

O esquema proposto para discussão deste tema(12) continha dois pontos:

- Por um lado tratava-se de acção cultural e vida comunitária, propondo-se para debate algumas questões, tais como: que papel cabe à acção cultural numa dada comunidade, aldeia, bairro, freguesia, concelho, cidade; que metodologia para a acção e formação adaptada aos diferentes meios/comunidade?, como articular a acção cultural e a acção social, sindical, política e económica?; que papel o das autarquias locais, comissões de moradores e outros organismos de base?
- Por outro lado, em relação à acção cultural nos locais de trabalho, a questionação era a seguinte: qual a especificidade da acção cultural no local de trabalho, fábrica, campo, serviços, empresa?; como encarar a acção cultural no meio concentracionário das grandes unidades de produção?; qual o papel dos sindicatos, das comissões e organizações de trabalhadores neste campo?

Destas questões poderá partir-se para o papel da formação e da educação permanente, sua metodologia e objectivos, tendo em conta os dois campos acima referidos.

O grupo (13) optou por não seguir o esquema distribuído, preferindo inicialmente basear-se no relato de algumas experiências concretas, no intuito de abordar, assim, os problemas que se colocam à animação.

A verdade, porém, é que a análise se centrou em questões relativas ao local de trabalho e sindicatos, passando, seguidamente, às acções desenvolvidas no campo da educação e da saúde, logo que ficaram identificadas algumas questões, tais como: por onde começar?; quem são, e que papel cabe aos animadores?; quais as acções prioritárias a desenvolver, tendo em conta as especificidades de cada meio?; quais as dificuldades detectadas e quais os frutos do trabalho?

No tocante a estas questões o grupo respondeu explicitando que as necessidades de transformação social, de melhoria de condições de vida individual e da comunidade, surgem como um todo, não se restringindo o animador ao aspecto dito cultural, mas respondendo a necessidade do tipo social ou mesmo económico, e isto com base tanto nas carências materiais como as necessidades subjectivas.

Na verdade, subsistem obstáculos ao desenvolvimento da acção que estão relacionados com a condição de vida das pessoas e com a ausência de uma prática social colectiva, podendo apontar-se, entre outras, as seguintes dificuldades: em agarrar os problemas, em organizar, em tomar resoluções, em pensar à prática.

Alertou-se, especialmente, para a exigência de as decisões serem tomadas colectivamente, de modo que todos entendem tudo em cada momento do processo.

Depois da enumeração de algumas acções de animação a desenvolver na comunidade, tais como a obtenção de equipamentos sociais, saneamento básico, rede de serviços sociais, animação de tempos livres com crianças, acções de comunicação, deu-se particular relevo à criação de um novo tipo de relações sociais a nível familiar, no âmbito da comunidade local, entre comunidades e à escola da sociedade, incentivando-se a aquisição e desenvolvimento de novas capacidades em ordem à organização, à tomada colectiva de decisões e de gestão colectiva — à compreensão de leis e mecanismos legais de funcionamento com o aparelho de Estado e das questões político-sociais, ao entendimento e desmontagem de tipos de discurso diferentes dos do seu meio, incluindo o discurso oficial, e ao desenvolvimento do espírito de solidariedade e de intervenção colectiva, com desencadeamento de acções de carácter reivindicativo.

Identificadas estas e outras questões fundamentais, entrou-se na abordagem da relação entre a animação e outras acções comunitárias como: animação e sindicatos, animação e escola, animação e saúde.

3.3.1. ANIMAÇÃO E SINDICATOS:

Constatado que em sociedades capitalistas o tempo livre dos trabalhadores é utilizado pela classe dominante em detrimento dos próprios trabalhadores, concluiu-se que estes devem pôr os tempos livres realmente ao seu serviço, por meio de acções de luta concretas, de que a acção cultural é uma delas. Os animadores devem acompanhar a actividade global e específica do mundo do trabalho, e em especial dos seus organismos de classe, procurando compreender as transformações que se operam neste meio, estando particularmente atentos a que o "mercado" de trabalho tende a dividir-se em dois grupos: um, cada vez mais pobre, com muitas necessidades básicas por satisfazer, e outro especializado e realizado profissionalmente, repercutindo-se, tudo isto, na estrutura familiar.

Como sequência desta realidade exigir-se-á que a formação dos animadores tenha em conta as necessidades de acção cultural destes dois grupos, de modo que na sua intervenção utilize acções específicas, no campo, na fábrica, ou nos serviços.

Estando conscientes das estruturas e da existência de várias correntes sindicais, e da sua repercussão no modo de promover uma acção cultural, os animadores procurarão métodos de acção adequados, admitindo-se, em casos extremos, uma acção cultural generalizada se há participação das bases, uma forma de quadros se há decisões de cúpula.

Analizou-se ainda que podem surgir, nas intervenções conjuntas com os sindicatos, dois tipos de acção diferentes; se se trata de uma acção de formação de quadros sindicais a pedido do sindicato, ou sugerida por associações culturais, o animador tem uma relação de dependência, ele põe a sua técnica ao serviço do sindicato; se, por outro lado, se trata de uma acção de animação concreta, o animador deve obter uma autonomia específica para essa acção. Conscientes das dificuldades em reunir os trabalhadores nos seus locais de trabalho, para além do termo do respectivo horário, devem tentar-se acções culturais de empresa e associações culturais.

3.3.2. ANIMAÇÃO E ESCOLA:

Salientaram-se duas questões em relação à escola:

- a educação, desde o ensino primário, deve ser acção cultural, de modo a dar a conhecer a dinâmica do sistema económico, social e político, a todos os alunos.
- o professor deverá ser um animador por excelência, concretamente mobilizando os alunos e os pais, para as questões da escola e todas as que a rodeiam.

3.3.3. ACÇÃO CULTURAL E SAÚDE:

Em relação à "acção cultural e saúde" foram focados dois aspectos:

- O trabalhador da saúde como animador, quer a nível hospitalar, quer de saúde pública;
- O animador sócio-cultural e a intervenção a nível da saúde.

Em relação ao primeiro aspecto foram consideradas as dificuldades de animação dentro das instituições de saúde, decorrentes da falta de formação dos trabalhadores respectivos neste campo, bem como das dificuldades inerentes às próprias instituições.

Como ideias de animação a nível hospitalar foram sugeridas as seguintes tarefas de extensão cultural, tentando preencher os tempos livres dos doentes de uma forma positiva através de filmes, teatro, etc.; a animação a partir do quotidiano dos doentes: alimentação, vestuário, relação técnico de saúde/doente, desmistificação da figura do médico, o que é a doença, o seu tratamento, etc.,

Em toda esta actuação o trabalhador social terá, fundamentalmente, um papel de animador que passará, também, pela mobilização outro pessoal das instituições para estas tarefas.

A nível da saúde pública o trabalhador de saúde, ao inserir-se numa comunidade, deverá procurar conhecer quem são as pessoas que lá vivem, como pensam, quais os seus "tabus", quais as necessidades a nível da saúde, se estão ou não roganizadas, e outras.

Não deverá tentar transpôr a sua ideologia nem impôr a sua linguagem. Terá, pois, de ter um papel de animador.

Deverá privilegiar o trabalho em comum com as organizações da população (comissões de moradores, grupos culturais, etc.) ligando-se e participando nas actividades das mesmas. É possível contribuir, assim, para a formação de comissões locais de saúde, partindo-se para a participação das populações a este nível, sabendo-se que o trabalho de saúde terá, por vezes, de ser abordado por pequenos passos e terá sempre de ser desenvolvido na base das necessidades sentidas pela população.

Em relação ao segundo aspecto, o animador socio-cultural e a intervenção a nível da saúde, considerou-se que o animador deverá ter uma certa formação a nível da saúde. Esta deve ser ponto de partida para outras formas de animação, tendo em vista a transformação social.

É importante a ligação dos animadores culturais às estruturas de saúde locais, no sentido de que estas dêem resposta às necessidades e também apoio a nível da formação em saúde aos próprios animadores.

3.4. TEMA 4: FERRAMENTAS PARA A ANIMAÇÃO CULTURAL

O texto manuscrito que serviu de introdução a este tema (14) intitula-se significativamente "Breves Esquemas Polémicos", pretexto para uma reflexão conjunta sobre ferramentas na animação.

Se o relato que estamos fazendo não dispensa os textos, neste caso das ferramentas, torna-se imprescindível a consulta dos esquemas. Vamos, porém, tentar dar o essencial destes:

- O Animador, ao trabalhar com um grupo de população, necessita de métodos, técnicas e matérias, organizados de determinada forma, constituindo as *ferramentas A*, que podem ter diversos nomes: fantoches, filmes,...
- Estas ferramentas, interligadas entre si, segundo as necessidades de uso para determinados fins, podem aparecer num bloco difícil de expressar numa palavra, admitindo uma aproximação temática, uma aproximação estrutural e uma aproximação quantitativa;
- As ferramentas A são (devem ser) desmontadas, questionadas por todos, depois de usadas; para que da desmistificação resulte um salto qualitativo na vida do grupo; para registo deste processo há a necessidade de usar um outro tipo de ferramenta: a *ferramenta B*;
- Estas ferramentas B são de trabalho e têm o fim de registar o processo vivenciado a partir das ferramentas A. São *reflexão estruturada e sistematizada*. São estas que permitem medir a grau atingido em relação aos objectos definidos, no início, pelo grupo.
- Quando o animador sente que o grupo tem necessidade de extravasar no exterior a sua acção, deve ajudá-lo a procurar/encontrar meios para atingir os objectivos que se propôs. A este procurar/encontrar meios *chamamos-lhe ferramenta C*.

Tomando consciência de que existiam, no grupo, níveis de experiência diferentes e vários graus de reflexão, a par de um certo desentendimento no plano da linguagem, sentiu-se necessidade de dividir as pessoas por dois sub-grupos (15), que embora seguindo caminhos diversos, chegaram a conclusões semelhantes.

No tocante ao primeiro sub-grupo, partiu-se das experiências de cada um dos materiais e dos modos como estes são utilizados, para confrontar as intenções e as ideias que, à partida, estão por detrás da acção (finalidade da animação), com o resultado consequente da própria maneira de utilizar esses materiais, pois os fins não são independentes dos meios.

Proseguiu-se afirmando que o animador tem que estar inserido no meio para o conhecer e compreender, indo aos locais de encontro das pessoas (tasca, lavadouro, barbeiro...) e deixando-se, ele mesmo, pôr em causa. Insistiu-se na importância dos materiais simples e locais e na avaliação conjunta e continuada, para se concluir que a animação tem que respeitar os valores e o querer dos grupos, partindo da vida das pessoas para a ela voltar, numa atitude crítica e transformadora. Sublinhou-se a exigência permente de se lutar seriamente para que não se perca a "cultura popular". Afirmou-se, finalmente, ser o GRUPO a principal ferramenta da animação.

Por seu lado o segundo sub-grupo, utilizando como metodologia a análise de duas experiências concretas, fez a distinção entre o "animador tecnocrata" (que privilegia os instrumentos e as técnicas numa forma muito superficial, pouco criativa — o "animador da pasta e da seringa") e o animador cultural segundo a concepção presente no Encontro (que é a negação de um conceito estático e acabado, antes implicando um trabalho contínuo e transformador, que constitui um processo dialético entre o animador e o grupo e entre este e a população).

Partindo do texto que serviu de base à discussão, sentiu-se que as grandes dificuldades se situam nos vários momentos do processo da animação cultural:

- Num primeiro momento (que compreende a preparação e aplicação dos meios, técnicas e métodos) a dificuldade reside no desconhecimento das fontes onde o animador poderá encontrar apoio (material e formativo) para a sua intervenção; na falta de criatividade de trabalho; na incapacidade frequente de aprender com o grupo e com o meio em que trabalha;
- O segundo momento engloba a reflexão, a avaliação e o registo da experiência, que permite o balanço crítico do trabalho, leva ao aprofundamento da consciência colectiva — grupo e animador — do meio em que se inserem e do processo de transformação em curso, consubstanciando-se na tomada de consciência do grupo como agente transformador;
- O terceiro momento (que engloba os anteriores) corresponde à capacidade de o grupo saltar organizativamente e de uma forma transformadora para o meio.

Em conclusão — e considerando-se este ENC. como um dos muitos passos a dar pelas associações, grupos e animadores — apontou-se para as seguintes propostas:

1. Que se criem condições para uma formação contínua dos animadores culturais sob a responsabilidade das próprias associações, grupos e outros organismos;
2. Que se tenha em conta a existência de vários graus de experiência e reflexão, quando da preparação de novo Encontro;
3. Que, e desde já, se comece a trabalhar na organização regular de encontros de nível regional, local e nacional, para se criticar, questionar, aprofundar e reflectir as as várias experiências;
4. Que estes encontros também apontem para o lançamento das bases de um projecto cultural global de acção e animação culturais, para o qual devem contribuir os animadores e os elementos da população com quem trabalham.

3.5. OUTRAS FORMAS DE REFLEXÃO PRESENTES NO ENCONTRO

Sem falarmos da reflexão presente e despoletada por todos os actos constitutivos do III ENC. e seu programa (centros de interesse, exposição, convívios...), gostaríamos de realçar o alfôbre que constituiu o plenário final e, de certa maneira, as propostas que em catadupa, a ele foram apresentadas. Estas foram, na sua quase totalidade transcritas no n.º 13 da Intervenção.

Na verdade — criticando embora o modelo de plenário adoptado, muito pouco adaptado ao modelo de Encontro praticado — o certo é que, para além do mais, diversas intervenções acrescentaram aspectos e reflexões assinaláveis.

VII. AVALIAÇÃO DO ENCONTRO PELO SECRETARIADO

Para a avaliação do Encontro o Secretariado não se estreitou a um esquema formal opiniões com hierarquias de rigor.

A avaliação não se fez através de estatísticas ou documentos escritos, demasiado racionalizados; aconteceu no quente, ainda, das vivências de Coimbra — e foi em explosões intuitivas e impressionistas que os vários elementos do Secretariado se disseram o que sentiam.

Seguem-se, assim, pontos não hierarquizados, mas arrumados segundo a arbitrariedade e gosto pessoal de quem, na redacção final, teve de os recolocar através da sua forma.

I. Consideramos que o 3.º Encontro de Associações e Animadores Culturais foi mesmo um Encontro; esse era o objectivo primeiro: que pessoas dispersas pelo país, com trabalho mais ou menos afim, pudessem, durante o tempo proposto, encontrar(-se) com/nos outros através de pretextos (centros de interesse, grupos de reflexão, convívio,) propostos pelo Secretariado.

Numa primeira análise — globalista — houve mesmo(re)encontro para os participantes que viveram os dois dias e meio em Coimbra. (Para os que estiveram parcialmente talvez não — lembramos os participantes que apareceram apenas no Plenário).

Temos, também, presente o grande número e o que isso implica em termos de Encontro. É mais fácil haver Encontro em termos de pequeno número.

Daí o ter sido indispensável os participantes estarem presentes nas várias acções. Lembramos os que apareceram apenas no plenário final.

Uma segunda análise cartesiana, parcelarizada, de avaliação de cada uma das peças estruturais do 3.º Encontro, levou-nos às seguintes conclusões.

II. — 1. O Espaço:

O edifício Chiado, embora de tradição arquitectónica marcante, não reunia condições essenciais ao trabalho a desencadear: centros de interesse, grupos de reflexão.

Os espaços em vários pisos eram amplos, mas de deficiente utilização para os vários grupos poderem funcionar em simultâneo. Daí a natural dispersão gerada pela movimentação e má condição acústica das salas.

O facto da implantação do edifício ser no centro da cidade e com pouca protecção do exterior, dificultou bastante o trabalho dada a condição acústica e técnica — Lembramos a festa do P.S. (As muitas vantagens para uns foram vantagem mas inconveniente para outros).

2. Aspectos mais conseguidos:

2.1. Os convívios foram uma das instâncias mais conseguidas do Encontro, o que pode ter concorrido para uma certa sensação de frustração dos participantes: no fundo foram ao Encontro para se divertir e não reflectir(!): A contraposição sério-divertido traz, por vezes, problemas de má consciência.

2.2. A exposição foi um dos pontos mais conseguidos das actividades.

2.3. O trabalho da redacção cobertura interna do Encontro, foi muito rigoroso.

2.4. A recepção respondeu o melhor possível às mais variadas solicitações dos utentes.

3. Aspectos não conseguidos:

3.1. Grupos de reflexão e Centros de Interesse

3.1.1. Alto grau de heterogeneidade dos participantes nos grupos de reflexão. Em pleno Encontro, o desnível foi examoteado. Vejam-se os textos produzidos, a tentativa de nivelamento através de sínteses de acordo, (Percebe-se que há uma regra exterior à pessoas a impelir a uma concordância...).

Uma reflexão deve seguir caminhos optativos. O dilema é mais rico que a concordância vinda da sensação conciliatória, tendente ao lugar comum.

3.1.2. Impreparação em equipa dos orientadores responsáveis pelos grupos — daí a heterogeneidade de metodologias.

3.2. Falta de estrutura avaliativa:

3.2.1. Para se ter uma atitude avaliativa rigorosa a globalizante do Encontro, era necessário que houvesse observação permanente das várias instâncias de funcionamento. Cada um dos membros do Secretariado esteve adstrito a uma tarefa específica, sem possibilidade de visão conjunta. Exp.: O orientador da exposição não pode ter a visão do que se passa nos Centros de Interesse...

O Secretariado deveria ter estado exterior à orientação das várias acções.

Em contrapartida alguns elementos do Secretariado ficaram com responsabilidades desmedidas, o que os levou a atitudes por vezes directivas ao resolver certos problemas.

III. Desta breve avaliação retiraram-se algumas conclusões:

- a avaliação não se pode fazer em estado de premência
- o futuro Secretariado tem de agir mais nos bastidores.
- há necessidade de rever a estrutura do Encontro.
- trabalho regional — prévio.
- E que trabalho regional
- que futuro Encontro.

PROJECTO/PROPOSTA

O Secretariado do III Encontro de Associações e Animadores Culturais terminou o seu trabalho e a sua função. Com um atraso de seis meses, o RELATÓRIO com as Conclusões do Encontro está elaborado e na fase de divulgação. O atraso verificado não é mais do que um reflexo, ainda que indirecto, das oscilações e atribulações que atravessam o movimento associativo em Portugal, que por isso não deixa de continuar a ser bastante rico e diversificado.

Apresenta-se aqui um PROJECTO/PROPOSTA que se destina a ser discutido pelos vários participantes no III Encontro, que sobre ele se deverão pronunciar na Reunião Alargada do seu Grupo Promotor, na qual o Secretariado apresentará a sua demissão formal, uma vez que estarão completamente cumpridas as tarefas que lhe competiam.

Este documento tem base na preocupação de assegurar a execução das Conclusões dos Encontros realizados, e visa exclusivamente desencadear a elaboração de um PROJECTO mais aprofundado, trabalho que será tanto mais significativo quanto mais participado pelas associações e animadores.

A título de preâmbulo torna-se necessário designar quais, em síntese, as grandes linhas de orientação saídas do III Encontro:

- que o IV Encontro tenha lugar não antes de 1981;
- que o IV Encontro se subordine ao tema "Por um Projecto Cultural (Autónomo?)"
- que o IV Encontro seja resultante de uma dinâmica regional inter-associativa, o mais vasta possível;
- que se implemente a organização e cooperação inter-associativa a nível regional, bem como em certos domínios específicos e privilegiados da acção cultural;
- que se fortifique a tendência para o alargamento da base social de apoio a este processo, envolvendo domínios de acção tais como a saúde de base, a ecologia, a acção educativa, as actividades de tempos livres, os equipamentos sociais, a actividade intelectual e artística nas suas várias expressões, etc., e articulando com sectores de intervenção tais como: poder local, movimento sindical, movimento cooperativo, organizações de base, etc.;
- que se criem condições para a troca de serviços entre associações, com prioridade para os domínios da formação contínua de animadores, da programação e avaliação de actividades e da produção-circulação de informação.

Evidentemente que esta síntese não pretende ser exaustiva e assume aqui a função de primeiro fundamento ao que adiante se propõe.

Torna-se ainda indispensável referir alguns aspectos que têm uma importância determinante no teor desta proposta:

- tem-se assistido ultimamente a um crescendo da actividade inter-associativa, o que não deixa de ter um significado altamente positivo; assim, e para dar uma ideia mais aproximada, eis algumas das iniciativas que conseguimos detectar: 1º Encontro das Associações Culturais do Distrito de Viana do Castelo, Seminário de Animação na Cooperativa "A Sacavenense", Encontro de grupos culturais no Conselho de Lagoa, Encontro de colectividades do Conselho de Loures, Encontro de Centros Culturais em Évora, Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património da região de Tomar, Seminário sobre Tempos Livres da CGTP-Intersindical, Encontros regionais da APTA (nomeadamente a iniciativa do "Encontro De Mãos Dadas" da ARSTA), Encontro Regional de Teatro Infantil (nomeadamente no Porto e em Lisboa), Encontros Regionais constitutivos dos Centros Culturais do Alto Minho, Vila Real e Beira Interior, Encontro de Animadores das Casas de Cultura da Juventude ligadas ao FAOJ (em Tróia-Setúbal), Encontros de Bandas do distrito de Castelo Branco, etc...
- o Secretariado do III Encontro não desempenhou qualquer função em qualquer das iniciativas acima citadas; apenas foi convidado a fazer-se representar em duas ou três dessas actividades;
- boa parte das associações e dos animadores está à margem desta movimentação, por ausência de uma circulação de informações eficaz e oportuna;
- não existe nenhuma estrutura que assegure a colectivização e globalização destas e de outras diferentes experiências, de forma a que se possa constituir uma memória colectiva actuante no interior do movimento associativo;
- o Aparelho de Estado vem assumindo atitudes gradualmente mais fechadas em relação às solocitações das estruturas de base;
- não existe qualquer espécie de articulação inter-regional ou inter-sectorial que permita ensaiar uma estratégia afirmativa e com uma perspectiva mais global, por parte do movimento associativo;
- todo o trabalho de sistematização das ex-

periências acumuladas continua por fazer, o que vai impedindo a possibilidade de projectos autónomos e integrados, por parte das Organizações de base.

É nesta sequência — incompleta e pouco fundamentada — que o Secretariado do III Encontro entendeu dever propor o seguinte:

- 1 — Que seja criada e desenvolvida uma estrutura de coordenação e articulação entre Associações, animadores culturais e outras organizações empenhadas no processo de desenvolvimento da acção cultural
 - a) Essa estrutura não teria qualquer pretensão de direcção do movimento associativo, tal como não teria qualquer vocação sindical ou federativa;
 - b) Num ideal encontraríamos os seguintes objectivos para a estrutura proposta:
 - 1º) criação de um Centro de Documentação dinâmico: Memória Viva do Movimento Associativo.
 - 2º) acompanhamento de Encontros Regionais
 - 3º) incentivo e acompanhamento de Encontros Sectoriais
 - 4º) implementação de projectos inter-associações com prioridade para a Formação
 - 5º) apoio ao nível do relacionamento com organismos oficiais
 - 6º) estabelecimento e desenvolvimento de relações internacionais
- 2 — Que numa primeira fase (pelo menos até à realização do IV Encontro) essa estrutura tome a configuração de um Grupo de Trabalho Alargado
 - a) nesta fase esse Grupo de Trabalho assumiria prioritariamente o 1º e 6º objectivos designados (Centros de Documentação e relações internacionais)
 - b) os membros do Grupo de Trabalho deveriam ser activistas culturais empenhados neste tipo de acção que aí estariam a título individual
 - c) à partida o recrutamento para tal estrutura seria feito entre os participantes dos Encontros e elementos dos respectivos Secretariados, procurando-se ainda integrar elementos de estruturas de intervenção sociocultural de âmbito nacional ou com carácter federativo, tais como: Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), Associação Portuguesa de Teatro Amador (APTA), Associação Técnica para a Descentralização Teatral (ATADT), Centro Português de Teatro para a Infância e Juventude (CPTIJ), elementos do Secretariado do III Encontro, Movimento de Saúde Comunitária, Associação para a Defesa do Consumidor, Juventude Musical Portuguesa, Associação Portuguesa de Planeamento Familiar, etc.

OBSERVAÇÕES:

1. A lista das associações que formaram o Grupo Dinamizador constitui o anexo n.º 1
2. As associações convocadas para a 1.ª Reunião do Grupo Promotor e as presenças verificadas constituem o anexo n.º 2
- 3) As convocatórias para o III Encontro constituem os anexos n.ºs 3 e 4.
4. A lista das associações e animadores presentes no III Encontro constitui o anexo n.º 5.
5. **Grupos de Reflexão:** O tempo dedicado à reflexão foi um momento forte na programação do Encontro que lhe dedicou a manhã e a tarde de sábado e ainda parte da manhã de domingo. O relatório que se apresenta não dispensa o conhecimento das conclusões pois corresponde a um esforço de síntese, compreensivelmente incompleta, e a uma das várias leituras possíveis dos diversos textos.
6. **Guia do Encontro:** Este guia constitui o anexo n.º 6. Preparado pelo Secretariado e fruto da plataforma de acordo das diversas associações participantes, foi reformulado e aprovado pelo Grupo Promotor e seguidamente enviado a todas as associações e animadores convidados para o Encontro.
7. **Mesas Redondas:** Realizaram-se em 22 de Junho e 6 de Julho duas mesas redondas no AR.CO. em Lisboa, organizadas pelo Secretariado em que estiveram presentes um total de cerca de três dezenas de animadores e técnicos convidados, havendo em cada uma a presença de cerca de 20 pessoas. Partiu-se das conclusões do Seminário realizado pelo Conselho da Europa (Jean Hurstel), em Belém, no ano de 1977, tendo-se avançado na abordagem de outros aspectos, designadamente no sentido da aproximação das associações culturais e outros organismos de base.
Uma súmula destas mesas redondas constitui o anexo n.º 7.
8. Tema 1. — Da Acção à Formação, da Formação à Acção.
O texto introdutório deste tema constitui o anexo n.º 8
9. Subgrupos do Tema 1. Constituíram-se quatro subgrupos, apresentando-se as suas conclusões nos anexos n.ºs 9, 10, 11 e 12.
10. Tema 2. — Formas Organizativas. O esquema de apresentação deste tema consta do anexo n.º 13.
11. Os subgrupos do Tema 2. Constituiu-se um grande grupo para debater este tema, que depois se dividiu em quatro subgrupos, havendo apresentado no conjunto uma síntese de conclusões que constitui o anexo n.º 14.
12. Acção Cultural e Vida Comunitária, Acção Cultural e Local de Trabalho.
O texto introdutório deste tema constitui o anexo n.º 15.
13. Constituíram-se diversos subgrupos, mas foi apresentado um relatório único, que constitui o anexo n.º 16.
14. Tema 4. Ferramentas para a Animação Cultural.
O texto introdutório constitui o anexo n.º 17.
15. Subgrupos do Tema 4. Formaram-se dois subgrupos cuja reflexão constitui o anexo n.º 18.

NOTA

Os anexos acima referidos, a maior parte dos quais foram, em devido tempo entregues às Associações e Grupos presentes no Encontro, poderão ser enviados em colecção a quem o desejar.

INTERVENÇÃO

SAÚDE

o médico, animador da comunidade de saúde

Carlos Caldeira *



Um piquenique é um bom meio de iniciar a dinamização de uma comunidade de saúde

A "comunidade" anda na boca de todos — vida comunitária, medicina comunitária, psiquiatria comunitária

- como se fosse suficiente apor este termo a outro para originar uma nova realidade. Fazer mitos e habituá-los faz parte do humano.

A comunidade pode considerar-se como

- um "onde" — a "onde-comunidade", a comunidade ecológica ou comuna,
- um "quando" — a "quando-comunidade", emergente contra as forças da opressão, sobretudo nas manchas negras da "cultura da pobreza",
- e um "como" — o modo como se impõe aos poderes institucional-societários, o tipo de confrontação porque opta (física?/anti-participativa?/controlo?/anti-consumo?).

A força física chama por uma oposição violenta, como acontece nos conflitos raciais, viável nas zonas em que domina a pobreza, não nas regiões em que esta é uma minoria humilhada, desprezada e opri-

mida. Aqui tem lugar a "revolução silenciosa", como preconiza Carl Rogers: intervenções locais que despertam as pessoas e os grupos para a autonomia através do próprio uso da autonomia, como pode ser a acção da equipa médica numa comunidade. A recusa pela negação da existência ou do consumo não é viável — as carências são de tal ordem que há gratidão pela doação das migalhas do que é devido.

A confrontação pode, portanto, tomar a forma do controlo privilegiado sobre a organização, a programação e o pessoal dos serviços públicos à disposição da comunidade.

Estamos longe, como facilmente se verifica, das idas dos técnicos/sábios/ensinadores de "saúde" aos "ignorantes" rurais — que, contudo, vivem e sobrevivem, multiplicando-se, desde há milhões de anos sem "saberem" medicina. A mediocridade destas intervenções anula os seus perigos humanos, ideológicos e científicos. O maior risco reside, evidentemente, na manutenção intocável da estrutura de um poder estatal que muda apenas de mão.

O médico, como animador de uma comunidade de saúde, está, em geral, a uma grande distância da população: pela sua origem de classe, posição no sistema de produção, saber e cultura.

Quando, porém,

- estabelece uma relação equitativa, em que ele e a população tomem as suas responsabilidades,
- delega o seu poder de origem institucional-societária na população, retornando-lhe, afinal, o que lhe pertence,
- facilita uma comunicação aberta, multi-direccional,
- se põe com liberdade e confiança à disposição da população,
- o médico dá origem a relações vitais, fortes, menos hostis e mais enriquecedoras entre as pessoas e os grupos da comunidade que vão facilitar
- o crescimento da população, na dimensão da auto-consciencialização sociocultural e política do seu lugar no sistema de relações sociais de produção,
- o seu compromisso num processo de auto-exploração e auto-direcção que leva à descoberta de áreas de criatividade, de saber e de acção insuspeitadas,
- originando comportamentos construtivos e imaginativos que demonstram força, poder e responsabilidade,
- fundamentais na construção, organização e crescimento de uma comunidade de saúde como fonte de um poder em confronto com o Poder, dentro das próprias regras impostas por este, desnudando as chagas das suas contradições.

É fácil chamar a isto uma utopia. Corresponde, porém, à minha prática e à equipa medicopsico-social em que estou integrado. Qualquer um pode viver connosco este poder imparável que existe na pessoa e nos grupos que urge libertar.

É mais fácil negar que comprometermo-nos num processo de construção de comunidades de saúde centradas na pessoa cujo poder e força em todos os níveis podemos supor mas que é impossível podemos supor mas que é impossível prever.

O trabalho com a comunidade — e não apenas na comunidade — passa pela organização de um grupo interessado na promoção e defesa da saúde e na prevenção da doença no seio da comunidade histórica real e a que seja dado poder sobre as organizações de saúde estatais — estaria construído aquilo a que se poderia chamar uma comunidade de saúde. Esta tarefa exige a intervenção de um grupo-equipa inter e multidisciplinar, em que o médico ocupa o seu lugar a par dos outros técnicos, onde a escuta incondicional positiva, a comparação empática e a congruência criam valores de liberdade, tolerância e solidariedade. A equipa não é modelo para a comunidade — são estes valores que a tornam proactiva e desencadeiam o movimento comunitário. Como falo hoje para médicos, deixo a problemática da equipa de lado e centro-me numa acção comunitária que o médico poderia desenvolver dada a sua particular posição no sistema de relações sociais em que exerce a sua profissão.

Toda a intervenção para não deitar a perder a liberdade das pessoas e dos grupos exige uma dupla vigilância crítica:

- sobre a fonte do poder político/científico/técnico do médico e
- sobre a reprodução inconsciente desse poder por cada um de nós.

Esta dupla vigilância obriga a defender o controlo dos serviços médicos pela comunidade e, portanto, à participação da população na elaboração e efectivação dos programas de desenvolvimento comunitário. O que põe em questão o poder do estado.

O médico — se acreditar que a liberdade é a única via para "fazer" pessoas e grupos livres perante o poder institucional-societário — pode ter uma acção fundamental no meio de uma população: despertando-a para os problemas colectivos ligados à medicina e à criação de uma vida de grupo, comunitária, baseada na livre participação, no diálogo aberto em que intervirá com o seu saber como um "banco de dados" à disposição da comunidade, respondendo sobretudo ao seu pedido, numa acção catalizadora que, contudo, lhe consumirá as energias e lhe imporá uma vigilância crítica permanente da sua posição ideológica no seio da comunidade de saúde.

*Médico. Membro da
Sociedade de Antropoanálise.



FAVREL-VARELA

ART SCHOOL

DIGITINTA

Grão Vasco

GOUACHE AU DOIGT. FINGERPAINT

PRÓPRIO PARA A DIDÁCTICA INFANTIL E JUVENIL

PRONTO PARA USO IMEDIATO

— PODE-SE LAVAR —



CASA VARELA

Rua da Rosa, 321-A-B (junto à Rua D. Pedro V) T: 32 82 05 — 1200 LISBOA

INTERVENÇÃO

ACÇÕES DE CAMPO

A Associação de Educação Popular do Zambujal

Filomena Viegas e Rudolfo Proença de Jesus



O BAIRRO DA FONTE NOVA
ZAMBUJAL-PAREDE

A Intervenção esteve no Bairro da Fonte Nova e contactou com a Associação de Educação Popular. Falou com elementos da Direcção, com monitores de Alfabetização e moradores do Bairro.

I — Este bairro já existe aqui há muito tempo?

Teresa — Já... Desde 51 que eu estou aqui... aqui... ali no bairro, não é aqui no Zambujal... no bairro de S. Domingos.

I — Nessa altura isto aqui não havia nada?

Vários — Não havia nada... Era só terrenos de semear e mais nada. E ali também não havia... nada...era só mato... carrascos.

I — E quem é que começou a construir aqui habitações?

T — Fomos nós... o terreno era da Câmara, e nós pedimos à Câmara se nos dava, pagando a prestações todos os meses até acabar de pagar o terreno. Primeiramente, pagamos a ocupação não sei quantos anos — a ocupação do terreno — a casa foi feita à nossa custa, como muito custo... Depois de termos a casa feita, começámos a pagar o terreno, a prestações, também, e depois de o pagarmos é que fomos fazer a escritura... Hoje, isto está legal...

I — E nessa altura, transportes e todas essas coisas...

T — Não havia nada... E água?! O que era para sair com a água... vinha à fonte... se estava a chover... tínhamos que passar o rio... Olhe, uma vez vinha à água, cai uma queda pra cá, outra queda pra lá... com a bilha aqui, mas a bilha nunca se partiu... Às vezes não havia água nenhuma aqui... que chegámos a estar aqui duas horas na bicha.

I — E nessa altura, se havia problemas com a água, com os transportes, quais eram as razões que levavam as pessoas a vir para aqui morar?...

T — Bem, vínhamos para aqui morar, porque as rendas eram caras e outra coisa... porque a gente não podia comprar o terreno e assim, como foi cedido pela Câmara e a pagarmos aquele tanto... e assim a gente ia amortecendo..., porque isto é tudo gente que veio p'r aqui e fez a casa sem poder... pagávamos aqui, ficávamos a dever além... Agora já tudo tem água... e luz. Ao fim de tantos anos... este ano é que puseram a nova estrada... ao fim de tantos anos... tanto requerimento que a gente fêz para a Câmara, já não era sem tempo!

I — Agora, que necessidades é que sentem? O que é que era preciso mais?

Vários — Bem, agora mais ou menos; olhe... não sei... eu, como sou pouco exigente...

I — E a Escola, também é aqui perto?

T — É! Em S. Domingos...

I — Quando as pessoas estão doentes onde é que recorrem, onde é que vão?

T — Temos um posto em S. Domingos.

V — Temos farmácia...

V — Não,... agora estamos menos mal.

I — E, nessa altura, onde é que as pessoas conviviam?

T — Olhe, convivíamos umas com as outras, a porta... em casa, nas feiras, nos bailes...

I — ... faziam aqui bailes, era?...

V — Pois, nas Sociedades... Em S. Domingos... no S. João, Sto António, há bailaricos em todo o lado...

T — ... Ainda me fartei de dançar... Agora é que eu já não posso.

COMO SURTIU A IDEIA
DE CRIAR UMA ASSOCIAÇÃO
DE EDUCAÇÃO POPULAR?



Maria Emília — O grupo de alfabetização e a Comissão de Moradores, numa reunião que tivemos em 75 ou 76 — salvo erro em Março de 75, quando se começou a falar de Associações na Direcção Geral e eu estava no grupo de alfabetização — onde se levantou o problema das Associações e o Director Geral da DGEP diz-me assim: "Emília, porque é que não pensam fazer uma Associação?" E eu digo assim: "Nós? Então no Zambujal nem sequer temos um largo..." Ainda nos propuseram alugar uma casa... mas casas era vê-las! E então houve uma ideia — que partiu do Director Geral — fazer uma proposta ao Ministro dum subsídio para comprar este pavilhão. Foi aceite (não demorou talvez 15 dias) e foi-nos concedido 150 contos, já com o projecto e a "firma" onde se ia comprar.

E — Isto foi iniciado com estatutos que eles propuseram, que nós em reunião prévia aceitámos, porque vimos aí uma saída e não estivemos com muitos problemas... Aceitámos porque era uma saída.

Além do projecto, seguiu a formação disto... — isto partiu da Comissão de Moradores e principalmente do grupo de alfabetização... Era a Comissão de Paris, era o grupo de alfabetização e era a C. de Moradores, juntámos os três grupos que existiam no local e daí saíram então os elementos da 1.ª Direcção: o Conselho Fiscal, A. Geral e a Direcção...

I — Quantos elementos é que têm?

E — Neste momento, quer dizer, há sete.

I — Como é que a direcção é formada?

E — Nós aqui somos 7 mulheres...

I — E agora quais são as actividades que estão a funcionar cá?

E — Temos alfabetização, a 3.ª idade — "Quer dizer, a gente sente isto como se fosse a nossa casa. Construímos isto. A gente carregou baldes de cimento, fizemos o chão, e a gente sente que a casa é nossa"...

I — E o grupo de alfabetização funcionava onde?

E — Num casarão onde havia um cão que cheirava mal... chegámos a estragar cartazes... e o cão e aquela coisa toda...

I — Como foi aqui a inauguração?

T — Foi muito boa... houve comer, beber, baile, teatro... houve canções, fados. Foi muito bom...

V — Têm-se feito aqui boas coisas... (pois têm)

T — Agora... falta aqui o nosso parque infantil... Já temos aqui o material: baloiços, escorregas...

E — Este material deu-nos o Conselho da Revolução, fez um ano no 25 de Abril.

V — Já vai em dois, ainda está assim tudo...

E — Está tudo dependente da Câmara... Há as mudanças de Presidente... Vem um diz uma coisa, vem outro diz outra...

I — Isto funciona assim relativamente pouco para os mais novos?

E — Olhe, no sábado temos aqui o baile da Pinhata que foi iniciativa de um grupo de jovens e é tudo organizado por eles.

I — Isso é assim uma actividade de quando em quando, quando acontece. Agora, além dessas, podia haver outras com maior continuidade...

E — Já tivemos um grupo de moças de Liceu, que vinha para aqui nas férias e com vários grupos: a costura, a pintura...

I — Os mais novos onde costumam passar o tempo?

E — Agora, assim, não temos actividades. Só os filmes... Estamos em contacto com outras cinco Associações aqui da zona, mais ou menos destacadas e então ao longo dum fim-de-semana passamos o filme de todas elas...

I — E isso de 15 em 15 dias?

E — Não, todos os fins de semana.

I — E os filmes, onde os conseguem?

E — Alugamos normalmente à Pathé, há também os da DGEP, mas já os vimos todos.

I — Alugamos normalmente à Pathé, há também

I — As pessoas não se juntavam aqui à noite para ver televisão?

E — Não, isso não... Durante a semana há os cursos, ao fim-de-semana é que pensamos vir a haver essas coisas. Já tivemos cá um grupo de teatro ensaiamos uma peça.

Sobre alfabetização, mas por falta de orientação não continuou.



COMO TÊM FUNCIONADO
OS CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

I — Os adultos vêm para aqui para aprender a ler, ou a questão do convívio e outras actividades também os trazem cá?

E — Temos estipulado normalmente 3 grupos: o A, o B e o C.

O Grupo A corresponde à fase de iniciação, O Grupo B à fase intermédia e o Grupo C à fase de preparação para a Avaliação final.

I — As pessoas fazem exame e depois, não têm assim actividades onde pratiquem e continuem?...

E — Não, agora estamos a tentar pôr a biblioteca em ordem, ainda aproveitar estes tempos às terças e quintas...

I — E eles voltam?

E — Sim... Já aqueles que moram mais longe é que é mais difícil, os outros continuam, estão sempre connosco...

I — Têm alguma forma especial de ir ter com as pessoas?

E — Repare uma coisa... Nós, para fazermos a propaganda para a escola, nós temos aqui cinco pessoas e chamam outras porque nós estarmos a fazer propaganda não temos pessoal...

I — Quantos monitores são?

E — Neste momento somos 3.

I — É uma para cada grupo?

E — Sim.

I — Qual é o horário aqui do curso?

E — Das 21 às 23.

I — E as pessoas que vêm para o grupo, são mais homens ou mulheres?

E — Olhe, agora foram 4-4. Mas em geral são mais mulheres que homens.

I — E as mulheres não têm problemas por vir, problemas familiares...

E — Bom, agora há aqui uma que o marido não a deixa vir...

I — E as que têm crianças... trazem...?

E — Há pessoas que trazem e acontece que o miúdo pode estar a fazer os trabalhos da escola e basta aquele movimento de folhas para distrair o adulto que está ao lado...

I — Não seria possível arranjar uma pessoa que tomasse conta das crianças?

E — É difícil... Ainda se tivéssemos outra sala... A Juventude gosta de alfabetização mas há um ponto que esquecem... é o problema das pessoas adultas e às vezes há um bocado de confronto (bem, confronto não é bem o termo) mas, quer dizer, os adultos não compreendem a juventude e a juventude não compreende os adultos... O que acontece para mim (não é uma questão que eu diga que sei mais do que as outras, que não sei, eu aprendo todos os dias) mas compreendo mais num ponto: o problema do adulto.

OS APOIOS E SUBSÍDIOS...

I — Para além da DGEF, têm apoios de outros organismos?

E — Temos do FAOJ e da Junta de Freguesia, pequenos subsídios e apoio em tenceis e cartazes...

I — E assim outro tipo de apoio que precisassem...

E — Principalmente aquele tipo de apoio de pessoas qualificadas porque nós queremos mas não sabemos como, porque a boa-vontade não chega.

I — Quando diz pessoas qualificadas, diz pessoas do exterior...

E — Pessoas daqui é difícil... Há muita dificuldade de pessoas que se possam dedicar a isto.

I — Mas quando diz que é difícil conseguir o dia...

E — Mas mesmo assim, aqui da zona, é natural que haja pessoas, mas a juventude vejo-a muito desligada... Interessam-se... mas depois cansam-se...

OS ALFABETIZANDOS FALAM DE SI
DOS SEUS PROBLEMAS
E DO MODO COMO TÊM VIVIDO
ESTÁ EXPERIÊNCIA

Augusta Maria — ...Eu já sou filha da casa...

E — O mal dela é vir... está um tempo bem e depois... de repente, fica 2 ou 3 meses em casa...e quando volta tem de começar de novo.

AM — Eu não sabia ler nada. Conhecia as letras mas não as sabia juntar... E agora já escrevo o meu nome...

I — E o que é que a fez vir?

AM — Tinha vontade... tive sempre gosto de aprender a ler... No meu tempo, na minha terra, não havia escola... Tinha 10 anos já andava a servir... até aos 29. E tive sempre este desejo de saber ler... quanto mais não fosse escrever o meu nome... Por vezes fazia-me falta...



Augusta Maria

I — Como é que veio para cá?

AM — Disseram-me que no Zambujal havia uma senhora na escola que ensinava as pessoas a ler e eu fui... Eu já sou quase do Zambujal...

I — E gosta?

AM — Gosto; o que é que agora tive também um problema: morreu a minha mãe já há 3 anos. Tive muito tempo que não vim... Depois, também agora há 6 meses e tal, foi o meu pai que veio cá para

minha casa e também me morreu... Dava-me muito trabalho e eu não tinha cabeça para vir. Agora ele morreu... Até aqui andava também este grupo para fazer exames e eu não vinha. Ela disse-me: depois quando fizerem exame também vem... Assim, era para vir 3.^a. Eu digo assim: olha, não vou... está tanto frio... não vou... Eu tenho uma doença nos pés... que me arrefece os pés e encho-me de frio... Mas gosto muito de vir e do convívio daqui...

I — E vai fazer a 4.^a classe?

AM — A 4.^a classe não... eu já não me interessa, porque já tenho 56 anos...estou reformada por invalidez e não posso trabalhar (trabalho em casa e já não é pouco) mas assim nas patroas já não trabalho...

I — Mas gostava de aprender a ler?

— Sim, gostava de aprender a ler qualquer coisa... e tenho tido sempre desgosto e como já me foi preciso escrever o meu nome nas Finanças e já escrevi... e gostava... para ler... e ando aqui até saber ler qualquer coisa...

Olímpia — Eu vim para aqui, fiz aqui a 4.^a classe. Vim com o meu marido; afinal eu fiz aqui a 4.^a classe e ele ficou na mesma porque se aborrece... chega à noite...

M. Emília — Mas recordas-te quando ele foi para fora, a carta que te escreveu... Levou toda a noite sem dormir... mas conseguiu escrever uma carta, e ela compreendeu o que ele queria...

O — Pois, ele tinha muita necessidade de escrever porque realmente ele tinha ido para fora, para a Suíça ("teve lá 9 meses") e ele sentia necessidade de escrever, e então, pelas poucas palavras que sabia, escreveu-me uma carta. E eu lia tanta vez, tanta vez, que eu conseguia saber o que ele queria. Sentia-se muito triste, estava só e não tinha sono e então punha-se a escrever... Foi realmente uma pena não ter continuado...

M.^a EMÍLIA-MONITORA DE ALFABETIZAÇÃO
E ANIMADORA DO BAIRRO
FALA-NOS DA SUA ACTIVIDADE

I — Como foi que começou e porquê?

E — Toda a vida trabalhei — e senti uma ânsia enorme de sair, porque estava habituada a trabalhar — o meu marido estava na Comissão de Moradores e foi em 75 que veio aquela coisa da alfabetização; eu digo assim: gostava... "tu não és capaz..." com o trabalho de casa e tudo tu não aguentas"... (deixa-me tentar) Eu realmente tentei, gostei (que era uma coisa que eu já gostava) embora não soubesse bem aquele esquema que era nem que não era, tirei o curso na altura (éramos 11 ou 15)... depois umas avançaram, outras ficaram pelo caminho e eu foi mais uma questão de teimosia pessoal...

I — Eram tudo pessoas cá do bairro?

E — Eram tudo da zona... uma questão de teimosia própria e também de necessidade de contacto com as pessoas, porque eu (com o problema



Maria Emília

das crianças) e sempre com uma actividade enorme, porque eu era chefe de linha na Indústria Têxtil e isso tudo era um movimento muito grande e de repente, ficando em casa fiquei traumatizada.

I — Deixou de trabalhar profissionalmente?

E — Deixei por causa da gravidez, passei muito mal — estava a trabalhar no Seixal — e viagens de barco e isso tudo... não aguentei... e então tive de deixar.

No fim tenho um bebé, a seguir tenho outro... e já vou com cinco. Ora isto já vai há nove anos e, quer dizer estou em casa, faço a minha vida normal, trabalho ainda alguma coisa de costura, isto é para as horas — aqueles tempinhos bocadinhos que a gente tem — e o resto, à noite piro-me de casa... é o termo... fujo mesmo de casa. Agora tenho uma na creche, outras na escola primária e um no liceu... quando chega a hora do jantar... aquele movimento... aquela coisa toda... deixo-as preparadinhas, já prontas a dormir, deixo-as a ver TV... mas chego a casa... estão umas a dormir no sofá... mas aquele bocadinho faz-me uma falta tremenda... quer dizer, eu chego aqui venho esgotada... mas como mudo de ambiente e começo a falar com as pessoas, acalmo... e aí vejo as pessoas também cansadas do trabalho e às tantas há uma compreensão mútua.

I — A M.E. acha que o trabalho dos animadores/monitores deveria ser voluntário como até aqui, ou essas pessoas precisariam de uma remuneração?

E — Repare... eu estou como bolseira desde Outubro e sinto-me mais atrofiada do que quando estava completamente livre — sinceramente —, porque sentia-me mais eu, com ideias mais próprias, não me estava a sujeitar a um esquema, nem estava a pensar numa responsabilidade que tinha, e eu sentia-me mais livre, com mais expressão...

I — Pelo facto de ser remunerada... ou pelos relatórios...?

E — É, pela remuneração. Os relatórios, como existem actividades não é difícil — é só dizer o que se fez... mas certas pessoas ligadas à Associação às vezes não entendem.

I — A M.E. para além do Encontro de Bolseiros, tem participado noutros encontros?

E — Agora não, não tem havido nada... não tenho contactado...

I — E não sente necessidade...

E — Tenho, pois há vários métodos diferentes, há o confronto de experiências...

I — O que é que a M.E. pensa do P.N.A.E.B.A.?

E — Isso é um problema grande, porque mesmo algumas pessoas da Direcção da Associação não se apercebem do valor da Alfabetização.

Alguns ainda pensam que a cartilha João de Deus é que é bom...

Mas é preferível os monitores locais porque têm uma melhor integração e conhecimento das questões locais.

A AVALIAÇÃO FINAL PELA PORTARIA 419/76 E OS PROBLEMAS QUE SE TÊM VERIFICADO

I — Os alfabetizandos é que escolheram o tema da leitura?

Ana — Não, quer dizer, nós levávamos umas folhas de textos mas eles não aceitaram.

I — Levaram um dossier... mas eles não aceitaram...

E — Depois nesse dia à noite, viémos para aqui e vimos a opinião das pessoas sobre o que se tinha passado...

I — Isso é mais por não preparação das pessoas que estão a fazer exame ou será também, digamos, por má vontade?...?

E — Eu levo mais para a má vontade... porque aconteceu o seguinte: esse senhor (tive conhecimento) fez parte de várias... quer dizer... dum curso que houve em Cascais de formação de professores para exame de adultos e ele fez parte desse grupo e...

I — mas os professores lá têm conhecimento das normas didácticas que complementa a portaria... (que regula a educação de adultos e a avaliação final).

E — Fui eu que lhe ofereci e quando lá cheguei fiz notar que seria bom serem consultados os dosiers dos examinandos... não se interessaram...

I — *Onde pensam que falham mais os apoios ao vosso trabalho?*

E — Nesta parte dos exames... ainda não houve um exame que realmente não houvesse um pequeno problema... normalmente atrasos na realização dos exames... na aceitação da portaria, que não é aceite com facilidade...

I — *Como é que a M.E. vê que se podia resolver esse problema? O que vê que se podia fazer para que as provas se passassem numa forma correcta?*

E — Que houvesse uma equipa que pudesse ajudar as pessoas... pelo menos enquanto não houver pessoas preparadas ou que não queiram... há muita malta que não quer... não aceita... nós vemos por este grupo... Eu estava com a outra senhora... e nós sentimos o ambiente pesado... parecia que era qualquer coisa que estava no ar... Até dissémos (estávamos assim em conversa) que estávamos numa ilha perdida.

I — *Isso em relação aos monitores. Agora do ponto de vista dos alfabetizando que estão numa situação de exame é muito pior...*

E — Pior... por isso é que nós tivemos agora 4 chumbos... Foram oito pessoas... 4 chumbaram... Ora, nós temos 90 ou cento e tal... e nós só tínhamos 2 pessoas que tinham chumbado... portanto... portaria ou não portaria, ou mesmo sendo aquela tendência de apertar com as pessoas... e nós temos adultos com 50 e tal anos que têm feito exame... São pessoas já cansadas da vida... e nem sempre têm cabeça para estar com essas coisas...

E. — Agora, tivemos exames, mas foram exames especiais...

I — *Agora, na época de Janeiro?*

E — Em Janeiro, foi — mas quer dizer, o senhor da Parede — o delegado — entreguei-lhe os papéis no dia 28 de Dezembro, e pela primeira vez disseram-me que estava atrasado, têm conhecimento desde 76, fomos nós aqui em Sassoeiros que fizemos os primeiros exames pela portaria... Eu sei que a entrega dos papéis é feita na 2.^a quinzena antes dos exames, ah, mas devia ser antes do dia 15 — era uma nova modalidade que eu desconhecia, isto já vai pra cinco anos... E eu disse: "está bem", então o sr. é que sabe... Mas eu, entretanto, vou falar com o adjunto Mourão a ver se os papeis davam entrada... O adjunto Mourão aceitou, eu disse-lhe que não sabia que tinha mudado... Como a delegação da Parede não tem telefone, o adjunto Mourão mandou telefonar para casa desse senhor, (telefonou para ser mais rápido), e ele chegou à conclusão que o telefone dele não serve para para coisas oficiais — e como não recebeu uma carta oficial, os papeis ficaram lá. Conclusão: nas vésperas de exame estávamos à espera. Está aqui a Ana que foi com este grupo a exame e fomos perguntar o que se passava, quando era a data do exame... porque ela estava à espera da carta... em que era nomeada como vogal... "vá, espere... que há-de receber

lá a carta...". Ora isto vésperas... Vai uma senhora também da escola e pergunta: (isto numa 6.^a) "ah, os exames são previstos para 2.^a feira"... Ora nós, 6.^a feira à noite, num grupo, pensámos que tinha havido atraso no correio... Chegámos lá (2.^a), não houve exame... Os papéis estavam no mesmo sítio, porque não houve ordem de Lisboa para serem examinados. Fomos então a Lisboa (antes porém passámos na delegação Escolar) para falar com o adjunto Mourão... e ele então manda escrever uma carta que nós trouxemos e então tivemos os exames especiais porque fora do tempo e foram feitos na Escola Primária de Cascais... embora, segundo a portaria, os exames devam ser feitos na área...

I — *E os monitores costumam fazer parte do júri?*

E — Sempre! Desta vez foi a Ana...

I — *E a prova fazem no mesmo dia...*

E — Tudo no mesmo dia... e agora não... tiveram 4 horas — eu tenho uma gravação até para entregar à DGEF...

I — *Porque isso tem acontecido noutras zonas também... a dificuldade, isto é... fazerem ainda no sistema tradicional, não aplicarem a portaria... Quais eram as provas? Na escrita...*

Ana — Foi uma redacção...

E — Tema imposto...

I — *Não havia lista...*

A — Não, mas como o tema — a carta — estava mais ou menos na lista... e foram problemas, reduções, geometria...

I — *E a oral?*

A — Foi leitura, interpretação do texto, problemas no quadro...

I — *Até porque há conhecimentos que são facultativos, de acordo com a portaria... e têm mais a ver com o dia-a-dia das pessoas.*

E — Houve até uma conversa numa que disse assim... num problema de horas, a senhora entrou às tantas... saiu às tantas... quantas horas trabalhou... se trabalhasse tanto quanto é que ganhava e não sei quê. Depois vira-se para ela e diz assim: bom, eu não sei a sua vida... nem me interessa saber. Foi mesmo por este termo. Isto foi na oral que eu assisti...

... Não houve nada que ela não fizesse para atrapalhar... Houve pessoas que chegaram lá, à oral, que não tinham dormido... porque veja, problemas de pessoas empregadas... com responsabilidade... que chegam ali, sem saber se ficaram bem, se ficaram mal, de um dia para o outro... Ao menos que fizessem num dia...

I — *E esses dois dias de trabalho, não são pagos?*

E — Ao nível oficial, só um dia para exame é que pagam.

I — *Então e como é?*

Pela portaria, a avaliação deve ser feita num dia.

E — São situações irregulares... e por outro lado há pessoas que têm um emprego onde não é possível sequer faltar um dia...

Aconteceu aqui o caso de um moço que acabou por não aparecer na oral.



“... Que se comece a trabalhar desde já no sentido da organização regular de Encontros a nível local, regional e nacional para se trocar, questionar, aprofundar e reflectir as várias experiências...” (Do Relatório do Grupo de Reflexão “Ferramentas para a animação Cultural” apresentado ao Plenário do III ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS).

(1) N.R. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE FERRAGUDO: Rua 1.º de Maio, 117, Ferragudo — 8500 PORTIMÃO. Inscreveu-se e esteve representada no III ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS, realizado em Coimbra de 20 a 22 de Julho de 1979.

REUNIÃO DO GRUPO PROMOTOR DO III ENCONTRO

Realizou-se no dia 19 de Abril em Coimbra, nas instalações do Instituto de Justiça e Paz a reunião do grupo promotor, na qual o Secretariado que teve a seu cargo a organização do III Encontro (realizado em Coimbra — Julho 79) apresentou o Relatório* e um Projecto/Proposta* com as linhas gerais de acção a privilegiar na continuação, alargamento e aprofundar do trabalho cultural de base. Apesar da divulgação feita pela rádio e através de convocações enviadas a todas as associações presentes no Encontro de Coimbra, houve uma fraca presença das mesmas. O trabalho quotidiano e as iniciativas que continuaram um pouco por toda a parte e nas mais diversas áreas de intervenção dizem-nos que não existe desmobilização (embora já tenha passado a fase eufórica). As dificuldades económicas e a prioridade dada aos projectos e iniciativas locais (bem como o esforço que estes exigem numa prática fundamentalmente voluntária e militante) estarão entre as principais razões das ausências.

De qualquer modo a reunião realizou-se e ficou marcada para o dia 24/Maio, em Lisboa nova reunião para a qual vão ser convocadas por escrito todas as associações que já haviam sido para a que se realizou em Coimbra.

A próxima reunião será aberta aos interessados e aos intervenientes na prática cultural, nomeadamente a todos os que tenham de alguma forma elaborado ou participado na realização de Encontros inter-associações tanto ao nível nacional como regional. Para mais informações podem contactar a Intervenção por escrito ou através do telefone 86 40 56 em Lisboa.

*estes documentos encontram-se neste n.º

O CENTRO CULTURAL REGIONAL DE SANTARÉM:

“... Parece já não restarem dúvidas quanto à instalação do Centro estando já reunidas as condições fundamentais para a sua consolidação ou seja, este projecto continua a contar, como sempre contou, com a vontade expressa e inalienável das Associações que vêm nele o ponto de partida para um trabalho profundo, o apoio da SEC através do seu Gabinete de Animação Cultural, bem como, assim o esperamos, de todos os agentes culturais e entidades autárquicas para não falar em todos aqueles que se interessam pelo fenómeno cultural...”

A transcrição acima citada, encontra-se no “historial” do Centro Cultural Regional de Santarém que nos foi enviada pela respectiva Comissão Instaladora.

Depois de situar historicamente e no contexto do movimento associativo, o aparecimento e criação deste e de outros Centros Culturais, todos eles inseridos numa perspectiva de descentralização cultural, o referido documento, descreve, sucintamente, o processo que conduziu à institucionalização do Centro de Santarém.

Constatada a falta de uma estrutura capaz de, numa região como Santarém, tão rica em tradições associativas e culturais, fortalecer e dinamizar a movimentação artística-cultural, foi, sobretudo a partir de Novembro do ano passado, que, de novo, se deu um importante e decisivo impulso para a criação do Centro.

Assim, mobilizadas as associações para este objectivo, avaliados os apoios disponíveis (nomeadamente da SEC), criou-se um Secretariado Executivo Provisório, mais tarde transformado em Comissão Instaladora, composto por um grupo de pessoas eleito pelas Associações da cidade de Santarém, as quais se constituíram em comissão Promotora.

Nesta, aliás encontram-se representados, hoje, agentes culturais de todo o distrito (Abrantes, Tomar, Cartaxo, Almeirim, Torres Novas, Vale de Santarém) o que atesta a vontade de consolidar e alargar o apoio e implicação no projecto.

Em funcionamento, encontra-se já um grupo de trabalho, o qual tem por função o planeamento de uma acção cultural conjunta entre os vários agentes culturais interessados e inseridos no processo “...de forma a conseguir-se já nesta fase de arranque a materialização duma perspectiva do que será o Centro no futuro, como factor de coordenação, dinamização e enquadramento global da actividade dos cooperantes...”.

O Grupo de trabalho elaborou já o “PROGRAMA PROVISÓRIO PARA ACÇÃO CULTURAL IMEDIATA”; que passamos a transcrever

- | | |
|---------------|---|
| Fevereiro, 24 | — Teatro (GATA) |
| Março, 1 | — Movimentação desportiva — Grupo Alfageme; |
| 21 | — Dia do Teatro Amador — Espectáculo — ARSTA |
| 23 | — Pintura Infantil — Oficina da Criança |
| 30 | — Assembleia Geral Distrital — Coro Sui Generis |
| Abril, 5 | — Carlos Paredes e Vitorino de Almeida |
| (.. | pintura de ovos pelas crianças e espectáculo infantil |
| entre 5 e 20 | — exposição de artes plásticas |

Relatório apresentado pelo Director ao Colectivo da Intervenção

1 — Nos últimos dias de Janeiro de 1977 saiu da Tipografia "Nova Força", 3 mil exemplares duma nova revista que em editorial afirmava ter como objectivo "ser uma tribuna ao serviço de todos os que estão empenhados numa prática de intervenção cultural e social com especial incidência para a animação sócio cultural e educativa". Afirmava igualmente pretender ser "um ponto de encontro entre animadores, de molde a ser um meio efectivo ao serviço do intercâmbio das experiências obtidas, dos objectivos que as enformam, dos erros cometidos.

Em Dezembro de 78, quase dois anos depois, o 2.º Encontro de Associações e Animadores Culturais apreciou uma proposta de um grupo de trabalho, cujo relator — Roseira do CEEC do Porto — apresentou em plenário final: "Considerar a "Intervenção" órgão das Associações e Animadores Culturais". O presidente da mesa do plenário deu como aprovada sem votos contra essa proposta.

Iniciava-se assim um novo período na vida da revista. No número seguinte (10) afirmava: "As associações e animadores presentes ao 2.º Encontro, ao assumirem a responsabilidade de considerarem a Intervenção o seu órgão de informação e de debate, situação que esta reivindica desde o 1.º número, assumem simultaneamente uma outra responsabilidade, que é o da crítica, do que é e deve ser esse órgão, apontando erros à sua orientação e direcção, desenvolvendo uma discussão constante sobre a estrutura única que neste momento é comum a todas as associações e animadores". E concluía no Editorial desse número: "A continuação da existência e o futuro da Intervenção está agora nas mãos

das Associações e dos Animadores. Não poderíamos ter a "carga em melhor porto"."

Sete meses depois, em Julho de 79, o 3.º Encontro ratifica a linha de orientação da Intervenção sem votos contra.

Num dos últimos dias de Janeiro de 80 exactamente 3 anos depois da saída do 1.º número, reúne pela 2.ª vez o colectivo da Intervenção alargado após o 3.º Encontro tendo nele assento seguramente o mais representativo grupo de animadores culturais portugueses. Foram até esta data publicados 14 números num total de 50.000 exemplares. Prepara-se o número 15 e contamos com mais de 1000 assinantes em dia.

Temos uma redacção no Porto. Com um coordenador que é pelas suas qualidades de militância uma garantia e uma segurança.

Temos uma redacção em Paris, que arranca com o entusiasmo de Victor Esteves e António Topa.

Temos a colaboração sempre presente dum colaborador a 2000 Km de distância, Alberto de Melo. Deve-se a ele o intercâmbio que a partir de agora estabeleceremos com a RIAC, (Revista Internacional de Acção Comunitária) e múltiplas informações internacionais.

Temos uma esperança a apostar nos delegados distritais, peça fulcral duma Intervenção, outra.

Três anos depois é razão para sentirmos que um ciclo e uma etapa se completaram.

2 — Contudo, aqui como em tudo na vida, cada etapa que se termina outra se nos apresenta qualitativamente superior.

Se até aqui a Intervenção podia ser considerada, pela sua juventude e pelo seu amadorismo, como desculpada de uma perio-

dicidade que se não respeita, duma tímida divulgação mesmo aquando da sua saída, duma organização deficiente, dum mau planeamento redactorial que a torna maçuda, dum mau planeamento gráfico, duma má administração porque não planeada, agora, com este colectivo, com 4 pessoas a receberem uma gratificação pela sua colaboração na revista (dois redactores, uma secretária e um gráfico) com os apoios recebidos em 79 e os que para 80 estão já prometidos, manter a revista com a mesma alevandade a todos os níveis é uma franca estagnação, é fazer com muitas possibilidades (sobretudo humanas) aquilo que sempre se fez com muito menos recursos.

Parece ser realista ousarmos ser mais exigentes. Urge que a revista assuma os nervos e o sangue novo de todos aqueles que agora lhe dão vida. É necessário que inventemos para a Intervenção outro destino que não o dos meninos prodígios, que fazem umas gracinhas em pequenos e depois em adultos vivem um presente repetitivo, insípido, sem imaginação e sem talento e um futuro sem esperança.

É por isto que um salto qualitativo é necessário ser dado. Que ponha em causa (ou que problematize) a revista como um todo — a sua organização o seu discurso, a sua implantação, o seu futuro, etc.

A começar (ou acabar) naturalmente pela sua estrutura, e nesta pela direcção que urge seja substituída, de modo a corresponder à nova realidade que a revista é e pretende ser.

Que continuará porventura noutros sectores — na administração, na direcção gráfica, no secretariado. Que abolirá a forma "pré-histórica" da propriedade individual. Que inventará forças

para fazer uma Intervenção periódica (e até mensal) interveniente, leve, polémica, aberta e profunda.

Malgrado os 50.000 exemplares que já foram publicados, a Intervenção está longe de ser conhecida e de ter o papel e implantação correspondentes ao seu significado e valor.

Estou por isso certo que este colectivo pode e vai fazer a sua Intervenção.

Creio mesmo que só ele até pela sua própria constituição é capaz de concretizar aquele "espaço de encontro" que a Intervenção tem em mira desde o seu primeiro número.

O projecto Intervenção é isso mesmo, tome ele as formas de uma revista, um Centro de Estudos uma mesa redonda sobre o PNAEBA ou Juventude ou de um encontro para a discussão e estudo da problemática da acção cultural em Portugal.

Mas isto não pretende ser uma proposta de nos pôr-mos todos a olhar para o umbigo.

3 — É necessário que se divulgue a Intervenção para que através dela se faça ouvir com força e peso social, a voz das associações e animadores culturais, a reivindicarem um papel mais activo, porventura ao lado dos sindicatos, cooperativas, comissões e associações de moradores e trabalhadores, na construção do nosso destino colectivo.

É por isso necessário que a Intervenção sirva também como cimento e fermento daquilo que se afirma orgão.

Hoje e 8 meses após o 3.º Encontro o Secretariado, a que a Intervenção pertence, ainda nem sequer divulgou as conclusões deste Encontro.

A Intervenção não foi capaz até esta altura de assumir a responsabilidade de contribuir eficazmente para que esta situação seja ultrapassada.

4 — Dirão que a minha proposta ao pretender uma mudança que parta do "pôr em causa o que somos e fizemos" e que aponte inovadoramente para a frente é demasiadamente ambiciosa, optimista ou porventura utópica.

Será utópica se a utopia for,

como alguém já disse, "tentar criar novos rumos de originalidade" ou como diria Ernst Bloch (citado na excelente colectânea do Jacinto Rodrigues) "um princípio de esperança" — a esperança tornada vontade de transformar.

De qualquer modo uma coisa é certa, os próximos 15 números não poderão ser iguais aos primeiros quinze.

Até porque, eles se publicarão "noutro tempo", numa década que se anuncia, ela também, de mudança.

Uma década que se forjará na de 70, mas que a negará. Não se repetirá a década do económico pelo económico, do crescimento a todo o custo.

A "gaspillage" a que o homem submeteu a natureza, o consumo desmedido, desequilibrado e destruidor, haveria de reflectir-se mais tarde ou mais cedo sobre ele próprio. Digamos que o homem empobreceu ao tentar ficar mais rico.

Trata-se agora de fazer uma conversão, no modo de estar, de consumir, de viver... Digamos que os anos 80 obrigarão o homem a viver doutra maneira, a olhar para o mundo doutro modo, a alterar os seus valores quanto ao seu projecto de vida-iniciaremos provavelmente uma Revolução Cultura no séc. XX.

Uma década que se afirmará no cultural, onde os conflitos neste domínio — a luta pela hegemonia ideológica e cultural-tomarão lugar predominante.

Uma década que nos põe a todos um desafio. Cheio de perigos, mas também de promessas.

E é essa escolha que iremos e estamos fazendo no quotidiano.

Naturalmente que também aqui na Intervenção. E é por isso decerto que aqui estamos em volta desta mesa, que há três anos a esta parte vem compartilhando as alegrias e as tristezas "duma aventura feita no quotidiano de pequenas grandes feitos".

Que a aventura continue e cada vez mais ousada e inovadora é a única "escolha" que os anos 80 nos permitirão.

Saibamo-la pois assumir no presente com talento e imaginação e no futuro com esperança.

Luís Martins

AS ASSOCIAÇÕES E AOS LEITORES DA INTERVENÇÃO... UMA EXPLICAÇÃO

E a festa vai continuar...

Estamos, como é claro de ver, todos de parabéns. A Intervenção faz, com o presente número, três anos de publicação.

Desta aventura que foram estes três anos, sabê-lo-ão, melhor ou pior, os leitores e amigos da Intervenção.

No entanto, uma coisa é certa: estamos já "muito longe" do mês de Fevereiro do ano distante de 1977.

Quer do ponto de vista do espaço conquistado, das condições económicas, da equipa de colaboradores. Estamos, por isso, repito, duplamente de parabéns.

E ainda mais, porque ao iniciar o 4º ano de publicação, a Intervenção faz o esforço de ser ainda mais o seu projecto. Foi, primeiro, o documento "Intervenção dos anos 80", continuou depois pelo consenso activo e interveniente de todos os colaboradores.

A Intervenção vai sê-lo ainda mais, sendo outra.

O 3º mandato consecutivo do actual director terminou. Lembrou-o ele, em primeiro lugar, e dum modo irreversível.

Neste 4º ano que iniciamos vamos ter, pois, também por isso, uma nova Intervenção.

A encabeçá-la, quatro nomes que são uma garantia de militância, de competência, de qualidade e de empenhamento.

As Associações e os Animadores que, no III Encontro, apoiaram, sem votos contra, o director que agora termina o mandato, de uma coisa podem estar seguros: estão a ganhar neste momento. Ou melhor, estamos todos a ganhar. Pela equipa que temos, pelo "projecto" que cada vez mais seguramente conquistamos. Pelo espaço que cada vez mais abrimos.

E é por isso que aqui estamos hoje, todos, a festejar. E se, nesta festa, tiro, pausada e tranquilamente, uma grande fatia do bolo de aniversário, é porque sei, é porque tenho a certeza que a festa vai continuar...

Luís Martins

No próximo número da revista poderão ler um DOSSIER sobre a SAÚDE.

Não se trata da sua saúde em especial mas, das tarefas e reflexão que se (im)põem aos técnicos de saúde e animadores culturais para o encontro de conexões entre a acção cultural e novas formas de ser técnico de saúde numa comunidade.

Em destacável: A Alimentação.

Outros Temas: Uma entrevista com REMY HURCADE (animador), um texto sobre o dia das Comunidades e ainda espaço para a Expressão Dramática, a Imaginação e a trajectória que vai do Prazer de tocar ao Ensino Criativo.

Mas para o conhecer bem... o melhor é esperar um pouco e lê-lo.

INTERVENÇÃO

CIDAC

Fundado em 1974, no seguimento de uma acção anti-colonial clandestina durante o período fascista, o CIDAC foi criado por um grupo de militantes que animam e coordenam o conjunto das actividades.

Independente de qualquer partido político ou organismo governamental, o CIDAC colabora com todas as organizações que se solidarizam com o combate dos povos pela sua libertação, dirigindo a sua acção em três campos principais:

- apoiar politicamente as lutas de libertação e os processos de reconstrução nacional das ex-colónias portuguesas
- dar a conhecer (através de um Centro de Documentação aberto ao público, de cursos, seminários...) a situação política, económica e social internacional e, em particular, dos novos países africanos
- desenvolver uma prática de cooperação militante, numa base de competência técnica e solidariedade política, com aqueles países.

Nestes quase 6 anos de trabalho o CIDAC tem-se desenvolvido com base na concepção de que a acção anti-imperialista não é uma actividade meramente humanitária, mas sim uma perspectiva que supõe uma solidariedade profunda entre os povos que lutam pela sua emancipação e independência e o movimento e consciência populares nos centros do capitalismo avançado. Por isso o trabalho de base, de apoio e iniciativa junto de associações culturais, Comissões de Moradores e Trabalhadores, sindicatos, clubes recreativos... - tem sido uma preocupação constante do CIDAC.

Tal perspectiva, aliada ao facto de o CIDAC manter inúmeros contactos pelo país e possuir bastante material informativo e de animação áudio-visual, levou ao recente lançamento em vários pontos do país - Porto, Braga, Coimbra, Cacém - de Colectivos de Trabalho e Informação Anti-Imperialista que visam, com a sua autonomia própria, a alargar e dar âmbito nacional à sua actividade.

Aberto ao público todos os dias de 2ª a 6ª feira, das 15,30h às 19,30h, qualquer contacto com o CIDAC pode ser feito para: R. Pinheiro Chagas, 77 - 2º E 1000 LISBOA Tel.: 57 47 18

31 de Abril de 1980

A partir do próximo número a Direcção da Revista será formada por:

CARLOS FRAGATEIRO

- 29 anos.
- Professor na Escola do Magistério Primário de Leiria.
- Elemento do Teatro Universitário do Porto (70-73). "Comediantes" (desde a sua fundação), CPTU, etc.

DOMINGOS MORAIS

- 32 anos.
- Professor na Escola Superior de Educação pela Arte no Conservatório Nacional.
- Militante em várias associações culturais, desde 1967 (JMP - APER - MEM - CIDAC - GAC - Incrível Almadense - Biblioteca Operária Oeirense).
- Membro da Comissão Nacional do Ano Internacional da Criança em 1979.

JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA

- 27 anos.
- Militante do Centro Cultural de Cascais (CCC) desde 1970.
- Trabalhou no Centro Cultural de Santana, Sesimbra de 1973 a 1975.
- Licenciado em Direito (1975).
- Membro do Secretariado do III Encontro de Associações e Animadores Culturais, em representação do CCC.
- Elemento da redacção da revista desde Outubro de 1979.

MÁRIO RIBEIRO

- 26 anos.
- Participou em acções culturais e comunitárias levadas a efeito por grupos autónomos, de 1971 a 1975.
- Desenvolve trabalho de Animação Sócio-Educativa desde 1973.
- Licenciado em Desenvolvimento Económico desde Set. 78.
- Membro do Secretariado do III Encontro de Associações e Animadores Culturais em 1979.

As razões desta "passagem do testemunho" estão explicadas nas páginas 39 e 40 desta mesma revista.

Este n.º da revista Intervenção não terá distribuição comercial cobrindo todo o país. No entanto poderão encontrá-lo à venda em:

LISBOA

Apolo 70 Arco Iris — ao Campo Pequeno / Compasso — a Campo d'Ourique / Comuna — à Pr. de Espanha / Flamingo — aos Anjos (R.Forno do Tijolo) / ITAU — a Entrecampos / Liv. Barata — Av. Roma / Liv. Opinião — ao Chiado / Arma Crítica — ISE

PORTO

Liv. Erva Daninha — Rua da Conceição, 80-Loja 9 / Liv. Leitura — Rua de Ceuta, 88 / Tab. do Café "Âncora de Ouro" — Pç. do Leões.

E ainda nas principais livrarias / Tabacarias de:

Faro (Liv. Sagres) — Portimão — Portalegre — Setúbal (no Culsete, Av. 22 Dez. 23-A-B) — Almada — Cascais — Leiria — Coimbra — Braga — Guimarães — Viana do Castelo — Vila Real e Bragança.

Poderão também pedi-la directamente Intervenção — Ap. 21064 — 1127 Lisboa Codex

